



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CAROLINA CABRAL ALVES DE REZENDE

Reminiscências da síndrome: temporalidade, história e psicanálise na obra de Henry Rousso

BRASÍLIA
2017

CAROLINA CABRAL ALVES DE REZENDE

Reminiscências da síndrome: temporalidade, história e psicanálise na obra de Henry Rousso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel/licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis

BRASÍLIA
2017

TERMO DE APROVAÇÃO

CAROLINA CABRAL ALVES DE REZENDE

Reminiscências da síndrome: temporalidade, história e psicanálise na obra de Henry Rousso

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de História do Instituto de Ciências Humanas da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do grau de bacharel/licenciado em História, pela seguinte banca:

Prof. Dr. Arthur Alfaix Assis
Orientador – Departamento de História
Universidade de Brasília, UnB.

Prof. Dr. Cristiano Otávio Paixão
Faculdade de Direito
Universidade de Brasília, UnB.

Prof. Dr. Luiz Sérgio Duarte da Silva
Faculdade de História
Universidade Federal de Goiás, UFG.

Brasília, 04 de dezembro de 2017

“Como poderiam ter pensado na peste que suprime o futuro, os deslocamentos e os discursos? Julgavam-se livres e nunca alguém será livre enquanto houver flagelos.”

Albert Camus, A Peste.

RESUMO

Quando iniciou seus estudos na década de 1970, o historiador Henry Rousso percebeu que o regime de Vichy, que durou de 1940 a 1944 na França, era um tema ainda muito presente na sociedade francesa, mesmo que o regime tenha acabado há tempos. Assim, ele decidiu pesquisar não a história do regime, mas a história da memória do regime de Vichy. Para ordenar sua narrativa, Rousso utilizou conceitos da psicanálise freudiana de modo metafórico em relação às manifestações de memória do passado próximo francês. Ainda que haja muitas críticas quanto à utilização da psicanálise por historiadores, esses conceitos são operativos e tornam inteligíveis as experiências do pós-guerra na sociedade francesa. Desse modo, o presente trabalho pretende analisar a relação entre história e psicanálise na obra de Henry Rousso com foco em seu *Le syndrome de Vichy*. Argumento que essa operacionalidade ocorre porque a temporalidade da psicanálise corresponde às experiências temporais vivenciadas pelos franceses após o regime de Vichy, caracterizadas pela justaposição de passado, presente e futuro na ordenação do tempo.

Palavras-chave: Henry Rousso, psicanálise e história, história do tempo presente, regime de historicidade, Le Syndrome de Vichy

ABSTRACT

When Henry Rousso started his studies in the 1970s, he realized that the Vichy regime, that lasted from 1940 to 1944 in France, was a subject still very present in the French society, even though the regime had ended in a while. Insofar, he decided to research not the history of the regime, but the history of the Vichy regime's memory. In order to organize his narrative, Rousso has used some Freudian psychoanalytical concepts as metaphors in reference to the recent French past manifestations of memory. Although there is a criticism in regard to the uses of the psychoanalysis by historians, these concepts are operatives and make the post-war French experiences intelligible. Therefore, the present undergraduate thesis intends to analyze the relationship between history and psychoanalysis in the Henry Rousso's works focusing on his *Le syndrome de Vichy*. I argue that this operability occurs because the psychoanalysis temporality corresponds to the temporal experiences lived by french people after the Vichy regime, marked by a juxtaposition of past, present, and future in the temporal order.

Key-words: Henry Rousso; psychoanalysis and history; history of the present time; regime of historicity; The Vichy Syndrome

SUMÁRIO

Introdução	7
1 Contextualizando a síndrome	12
1.1 Historiografia recalcada	18
1.2 Historiador do tempo presente	20
1.3 O dever de memória	24
2 Conceitos freudianos e <i>Le syndrome de Vichy</i>	31
2.1 Traumas, recalques e neuroses em Freud	34
2.2 Uso dos conceitos em <i>Le syndrome de Vichy</i>	38
2.3 A continuidade da obsessão	42
3 Tempo, psicanálise e a síndrome	44
3.1 Heterocronia, história e psicanálise	45
3.2 A cura e o passado	48
Conclusão	52
Referências bibliográficas	55

Introdução

Não é preciso ser especialista em psicanálise para utilizar e compreender o conceito de trauma. Ainda que o nosso entendimento do termo, provavelmente, não seja exatamente igual àquele de Sigmund Freud e seus seguidores,¹ fazemos uso de “trauma” em muitas situações cotidianas, tanto para narrarmos situações muito desagradáveis que vivenciamos no passado, quanto para nos referirmos a eventos, processos ou períodos históricos. Muitas experiências do século XX, como as guerras mundiais, o nazi-fascismo, genocídios e ditaduras são classificadas como traumáticas. Vulgarmente, compreendemos como traumático um período histórico marcado por situações dolorosas vivenciadas coletivamente, em algum grau.

Uma das muitas experiências traumáticas que marcaram o século XX foi a da “França de Vichy”. Este termo designa o regime que vigorou de 1940 a 1944, sob o governo do Marechal Philippe Pétain e que levou o país a uma guerra civil com profundo confronto interno. O regime de Vichy colaborou com o regime nazista, bem como adotou suas próprias políticas antisemitas e promoveu uma intensa repressão contra franceses que faziam parte da chamada Resistência. O historiador francês Henry Rousso alegou que Vichy foi o motivo por que a reconciliação francesa se tornou tão difícil depois da Segunda Guerra Mundial, mais até do que poderia ser caso o país tivesse passado apenas por invasões estrangeiras sem conflitos internos.²

Henry Rousso é um dos principais historiadores franceses que se dedicam à chamada história do tempo presente. Esse tipo de história concentra-se em eventos que ocorreram num passado próximo cujos atores estão ainda vivos.³ Como observou Patrick Garcia, a história do

¹ Ao pronunciar-se sobre a resistência existente entre os historiadores quanto ao diálogo entre história e psicanálise, Peter Gay observou que o vocabulário freudiano se tornou, a partir do século XX, um lugar-comum, ou uma moeda corrente. Entretanto, essa moeda foi fortemente adulterada, pois, embora os termos técnicos da psicanálise sejam bastante utilizados, os seus significados não são precisamente iguais àqueles dos psicanalistas. Por isso, Peter Gay, em diálogo com Keith Thomas, afirmou que os conceitos psicanalíticos foram vulgarizados, entraram na consciência coletiva e tornaram-se parte do senso comum – não necessariamente correspondendo ao significado técnico empregado pela psicanálise a esses conceitos. GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 32. Ainda, de acordo com Boudouin Jurdant, a psicanálise nasceu num contexto de “cientismo” (*scientisme*) que reivindicava a vulgarização das ciências para conferir à sua produção uma realidade independente. Isto é, quando os enunciados científicos se tornam correntes na linguagem comum, eles aparecem como ponto de vista de “parte nenhuma”, desassociados de um enunciador específico e, por conseguinte, comutado em fato. Desse modo, Jurdant associa as formulações de Freud feitas através da linguagem comum a essa busca de objetividade da ciência, levando-o, segundo o autor, à criação de uma “epistemologia popular”. JOURDANT, Boudouin. “La psychanalyse est-elle une épistémologie populaire ? Vulgarisation scientifique et psychanalyse”, *Apertura*, 13, 65-73, 1996, p. 11. Portanto, é notável que os conceitos da psicanálise, como o trauma, tenham se tornado termos correntes no vocabulário popular. Entretanto, é importante ressaltar que nem sempre os significados atribuídos vulgarmente a esses conceitos corresponderão àqueles que os psicanalistas lhes conferem. A vulgarização dos termos da psicanálise é um tema que, sem dúvida, merece maior atenção. No entanto, não será, por ora, meu foco principal.

² ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy: de 1944 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 1990, p. 18.

³ ROUSSO, Henry.; PETIT, Philippe. *La hantise du passé*. Paris: Textuel, 1998, p. 50

tempo presente está inscrita numa longa tradição de escrita da história pelos contemporâneos dos eventos observados.⁴ Embora a história que analisa o passado próximo ou “quente” nunca tenha deixado completamente de existir, a constituição da história do tempo presente como um campo historiográfico específico é recente. Em 1979, foi criado na França o *Institut d’Histoire du Temps Présent* (IHTP), ligado ao *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS). Durante os anos 1980, os historiadores do IHTP enfrentaram a necessidade de legitimar esse tipo de história como um campo capaz de produzir conhecimento histórico e de contrariar na prática o argumento de que a proximidade do passado ameaça a regra de objetividade inerente ao *métier* do historiador.⁵

Para Pieter Lagrou, a relação da história do tempo presente com as ciências históricas é análoga aos efeitos da observação participante no domínio da antropologia: é impossível retirarmos o observador da cena em que está o observado. Isso porque a história do tempo presente analisa períodos que ainda não foram encerrados, cujas experiências que formam a vida humana fazem parte ainda do nosso horizonte de experiências vividas.⁶ Uma das formas de legitimação dessa história foi justificá-la como uma resposta a uma demanda social. Na década de 1970, fazia parte das principais demandas a temática memorial, vindas de vítimas dos períodos estudados e da geração posterior a esses eventos.⁷

François Bédarida, um dos principais historiadores envolvidos na criação do IHTP, justificava o surgimento da história do tempo presente também como um reflexo de mudanças sociais na França. De acordo com ele, quando o Instituto foi criado, o tempo presente estava marcado pela presença da história, isto é, pelo retorno de temáticas da história e da memória, da busca ansiosa por identidade e por um presente caracterizado por incertezas sobre si mesmo e sobre o porvir (*avenir*).⁸ Aliado a esse contexto, é importante também destacarmos que o instituto foi criado no momento de reexame da história de Vichy.⁹ Por essas razões, muitas pesquisas do IHTP analisam os períodos após a Segunda Guerra Mundial e têm como temática

⁴ GARCIA, P. Etor et enjeux de l’histoire du temps présent au CNRS. *La Revue pour l’histoire du CNRS*, n. 9, 5 nov. 2003, p. 2.

⁵ DELACROIX, Christian, Demande sociale et histoire du temps présent, une normalisation épistémologique?, *Espaces Temps*, v. 84, n. 1, 2004, p. 109.

⁶ LAGROU, Pieter, De l’actualité du temps présent, *Bulletin de l’IHTP*, n. 75, 2000, p. 10.

⁷ DELACROIX, Christian, Demande sociale et histoire du temps présent, une normalisation épistémologique?, op. cit., p. 107–108.

⁸ GARCIA, Etor et enjeux de l’histoire du temps présent au CNRS, op. cit., p. 5.

⁹ GARCIA, Etor et enjeux de l’histoire du temps présent au CNRS, op. cit., p. 4-5.

a memória.¹⁰ Envolvido também na criação do IHTP e, atualmente, diretor de pesquisa do Instituto, Rousso outrossim aborda nas suas pesquisas temas referentes à memória da sociedade francesa contemporânea em relação ao regime de Vichy. Em todas elas, ele parte da premissa ou constatação de que esse período parecia um passado ainda presente.

As razões que levaram a memória de Vichy a fazer parte do presente francês, ainda que o regime tenha acabado em 1944, foi uma das principais questões que motivaram as investigações de Rousso. No fim da década de 1980, ele publicou um de seus trabalhos mais importantes intitulado *Le syndrome de Vichy*.¹¹ Aqui, para escrever uma história da memória do regime de Vichy que levasse em conta a insistente permanência desse passado no presente francês, Rousso recorreu largamente a conceitos de proveniência psicanalítica. Um deles já está presente no título de sua obra em que é empregada a palavra “síndrome” (*syndrome*). Em *Le syndrome de Vichy*, a divisão de sua narrativa é feita a partir dos conceitos “luto” (*deuil*), “recalque” (*refoulement*) e “obsessão” (*obsession*), termos da psicanálise freudiana. Também são recorrentes no livro outros termos, como “neurose” (*nevrose*), “sequelas” (*séquelles*), “retorno do recalcado” (*retour du refoulé*), “inconsciente” (*inconsciente*), “sintoma” (*symptôme*) e mesmo o conceito “traumatismo” (*traumatisme*).

Partindo da constatação de que há na obra de Henry Rousso um intenso diálogo com a tradição da psicanálise, analisarei, no trabalho que se segue, a relação entre a psicanálise e a história em *Le syndrome de Vichy*. Rousso justificou o emprego de conceitos da psicanálise na organização de sua narrativa alegando que ele fez um uso metafórico desses termos.¹² Embora pareça que a relação entre essas duas disciplinas já tenha sido esclarecida pelo próprio Rousso ao alegar o valor metafórico dos conceitos psicanalíticos em sua obra, tenho como hipótese que a operacionalidade dessa metáfora exista porque pode haver uma correspondência entre a temporalidade da psicanálise e a das experiências da sociedade francesa após o regime da década de 1940.

¹⁰ LAGROU, De l'actualité du temps présent, op. cit., p. 5.

¹¹ A primeira edição foi publicada em 1987 com o título *Le syndrome de Vichy (1987-198...)*. Já a segunda, com a qual trabalho, publicada em 1990 recebeu o subtítulo “*De 1944 à nos jours*”. Cf: ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy: de 1944 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

¹² No *avant-propos* da segunda edição de *Le syndrome de Vichy*, Rousso responde a críticas feitas sobre a primeira edição do livro quanto ao uso da psicanálise “fora de seu campo de origem”. Para ele, a metáfora psicanalítica o permitiu compreender a complexidade dos fenômenos coletivos de memória num sentido evolutivo. Além do mais, ele pode explicitar noções que são muito utilizadas pelos historiadores, mas sem justificativa que não o entendimento do senso comum dos conceitos como recalque, luto e esquecimento. Em: ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 19-23. Ver também em: ROUSSO, H. *La hantise du passé*, op. cit., p. 17; ROUSSO, Henry. *Face au passé: essais sur la mémoire contemporaine*. Paris: Belin, 2016, p. 77-78.

Os historiadores franceses que se debruçam sobre a história do tempo presente alegaram que teria havido uma mudança quanto à relação que a sociedade ocidental estabelece com o tempo após a experiência de guerras no século XX. François Hartog, ainda que não seja um historiador do tempo presente em sentido estrito, identificou um predomínio do presente na ordenação do tempo.¹³ Do mesmo modo, Bédarida apontou como causa da mudança epistemológica que possibilitou o surgimento da história do tempo presente na década de 1970 a reintegração do presente no território do historiador associada à crise das filosofias do progresso e de utopias totalizantes, dentre outros fatores conjunturais.¹⁴ Os argumentos de Bédarida dialogam com Pierre Nora que, por sua vez, foi influenciado por Reinhart Koselleck e Paul Ricœur. Para Nora, essa mudança ocorreu após a crise da temporalidade do progresso em que passado, presente e futuro pareciam se suceder linearmente. Hoje, não só não existe a sensação de uma delimitação clara entre essas categorias temporais, como o futuro parece um tempo imprevisível e inimaginável, enquanto o passado estaria opaco e distante.¹⁵ Assim, o presente se tornou “a categoria de nossa compreensão sobre nós mesmos”.¹⁶

A percepção de um passado que não passa, tal como é expressa no título de um dos livros de Rousso,¹⁷ corrobora a minha hipótese de que ele identifica na sociedade francesa do pós-guerra uma experiência temporal em que passado, presente e futuro não se sucedem de modo consecutivo ou linear. Em relação à psicanálise, André Green demonstrou que nenhuma temporalidade linear é capaz de explicar a relação da psique humana com o tempo. Isso porque a temporalidade da psicanálise é heterocrônica, oscilando, ao mesmo tempo, entre uma perspectiva diacrônica e outra estrutural, na qual passado, presente e futuro se justapõem.¹⁸ Essa correspondência, portanto, é o que torna operante a analogia estabelecida entre essa disciplina e a história. Logo, a semântica temporal dos conceitos psicanalíticos corresponde às manifestações da memória analisadas por Rousso – visto que, para ele, o passado de Vichy permaneceu “preso” ao presente. Considero também a possibilidade de a principal questão de

¹³ HARTOG, François. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

¹⁴ DELACROIX, C. *Demande sociale et histoire du temps présent, une normalisation épistémologique ?* op. cit., p.110.

¹⁵ DELACROIX, C. *Demande sociale et histoire du temps présent, une normalisation épistémologique ?*, op. cit., p. 110.

¹⁶ NORA, Pierre. Apud Delacroix, op. cit., p. 110. « (...) le présent [est] devenu la catégorie de notre compréhension de nous-mêmes » (tradução livre).

¹⁷ ROUSSO, Henry; CONAN, Éric. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris: Pluriel, 2013.

¹⁸ GREEN, André. *Le temps éclaté*. Paris: Editions de Minuit, 2000, p. 31.

Henry Rousso não ser propriamente a história da memória do regime de Vichy. Acredito que, de fato, seu objeto primordial de investigação seja as temporalidades da sociedade francesa após o regime de Vichy. A memória, então, seria a principal manifestação da relação que os franceses estabelecem, no presente, com seu passado próximo. Portanto, a história da memória do regime de Vichy seria, antes de tudo, a análise historiográfica da relação dos franceses com seu passado do primeiro quarto do século XX.

Minha referência principal é o livro *Le syndrome de Vichy*, publicado primeiramente em 1987. No entanto, não me restringirei apenas a essa obra, pois a referência aos conceitos da psicanálise continua presente em seus trabalhos seguintes. Na primeira parte desse estudo, contextualizarei Henry Rousso na historiografia francesa e no momento em que ele se inseria na França quando publicou *Le syndrome de Vichy*. Em seguida, analisarei como os conceitos da psicanálise organizam a narrativa e, por conseguinte, a temporalidade do objeto estudado por Rousso. Por fim, tratarei da relação entre o tempo da psicanálise e o tempo vivenciado pela sociedade francesa que é tanto objeto de estudo de Rousso quanto o contexto em que fluem os seus interesses cognitivos. Argumento que a sensação de um passado que não passa, associado à inteligibilidade que os conceitos da psicanálise permitem às experiências após o regime de Vichy, é o que torna operante a metáfora freudiana em *Le syndrome de Vichy*.

1 Contextualizando a síndrome

Quando Henry Rousso começou seus estudos sobre a história do regime de Vichy na década de 1970, percebeu que “o cadáver ainda estava quente”.¹⁹ Embora parecesse que o regime, que “nasceu” em 10 de julho de 1940, estivesse longe do presente, Vichy era então um tema ainda atual na sociedade francesa. Assim, ele notou que, em paralelo à história de Vichy, vinha sendo construída a história da lembrança (*souvenir*) de Vichy.²⁰ O regime não foi traumático para os franceses apenas por causa da Segunda Guerra Mundial e da Ocupação nazista na França. Tratou-se também de um período em que ocorreram guerras fratricidas no interior da sociedade francesa, o que tornou o trauma mais difícil de ser superado, pois o inimigo não era estrangeiro, mas estava em casa. Portanto, o regime de Vichy simbolizava o antissemitismo, a colaboração dos franceses com os nazistas e o genocídio, além de uma luta intestina que dividiu a nação.

Publicado no fim da década de 1980, *Le syndrome de Vichy* é um dos primeiros trabalhos de Henry Rousso. O fim do século XX compreende o período em que ele acredita existir uma obsessão com a memória. Essa obsessão é caracterizada pela recorrência de temas da memória judaica²¹ e do regime de Vichy no presente francês, em diversas esferas coletivas da sociedade. Um dos fenômenos que Rousso identifica como parte desse tempo é o topos do *dever de memória*. Ele é caracterizado por um discurso recorrente na França desde o fim do século XX pelo qual a memória de certos eventos ou experiências se tornou um imperativo moral.²² O

¹⁹ ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 09. « *Mais le cadavre était encore chaud* » (tradução livre).

²⁰ ROUSSO, H. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 9.

²¹ Para Rousso, uma das características dessa obsessão é a tentativa a um tipo de judeocentrismo que relê toda a Ocupação na França apenas pelo viés do antissemitismo. Essa memória judaica “renasce” na década de 1970 como um fenômeno internacional ligado a crises do Oriente Próximo e a novas formas de antissemitismo. Junto a esse renascimento, voltaram à pauta as lembranças do período de Vichy e do colaboracionismo francês. Portanto, ainda que houvesse outros atores políticos que fizeram parte da “síndrome”, a memória judaica predominou a partir da década de 1970 no período em que ela se tornou uma obsessão. ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 155 ; ROUSSO, Henry. *Vichy, un passé qui ne passe pas*, op. cit., p. 268-269.

²² Henry Rousso enumera alguns fatos presentes em *Le syndrome de Vichy* que o fazem crer no caráter obsessivo da memória francesa sobre Vichy : “(...) eu tenho o sentimento muito nítido de que a ‘fase obsessiva’ da síndrome, que começa a meu ver em meados dos anos 1970, conservou suas características próprias: o papel crescente da justiça e do direito como vetores de memória, como testemunham as inculpações em cascata por crimes contra a humanidade; o processo de ‘historicização’ no qual se encontram, à *son corps défendant*, os sobreviventes do genocídio e depois os antigos resistentes; a Resistência, que se tornou uma questão central de uma história renovada da Segunda Guerra Mundial na França”. ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 21. « (...) j’ai le sentiment très net que la ‘phase obsessionnelle’ du syndrome, qui débute à mon sens dans le milieu des années 1970, a conservé ses caractéristiques propres : le rôle croissant de la justice et du droit comme vecteurs de mémoire comme en témoignent les inculpations en cascade pour crimes contre l’humanité ; le processus d’‘historicisation’ dans lequel se sont trouvés, à leur corps défendant, les survivants du génocide, puis les anciens résistants ; la Résistance, devenue l’enjeu central d’une histoire renouvelée de la Seconde Guerre mondiale en France » (tradução

topos está presente, por exemplo, em proposições de leis e leis efetivamente aprovadas que estabelecem dias de comemoração em relação a diversos episódios da história francesa, principalmente àqueles ligados ao passado recente do regime de Vichy.

Um desses episódios, que até hoje suscita polêmica na França, é a *rafle*²³ do Vél' d'Hiv'. Em 1942, milhares de judeus foram presos no Velódromo de Inverno e deportados no contexto de exterminação de judeus pelo regime nazista. A maioria das pessoas aprisionadas e deportadas foi morta pelo Reich. Esse acontecimento marcou os debates na França sobre a responsabilidade do Estado francês na *rafle* e de sua colaboração com a Solução Final nazista. Na ocasião do cinquentenário da *rafle* do Vél' d'Hiv', o *Comité Vél' d'Hiv' 42* lançou uma petição para que o Estado francês reconhecesse sua responsabilidade em perseguições contra judeus. As reivindicações de memória no cinquentenário deste acontecimento foram marcadas por polêmicas suscitadas durante o governo de François Mitterrand e resultaram no pedido de lei para a criação de data oficial, em 16 de julho, de comemoração em memória dos judeus deportados pelo estado francês. Após essa polêmica, Mitterrand cedeu às pressões, decidindo instituir uma “Jornada nacional comemorativa das perseguições racistas e antisemitas cometidas sob a autoridade de fato chamada ‘governo do Estado francês’”²⁴, o que provocou reações contrárias, pois já existia, todo último domingo de abril, uma “Jornada nacional da deportação”. Enfim, foi publicado, em 3 de fevereiro de 1993, um decreto instituindo todo 16 de julho como um dia de jornada nacional comemorativa.²⁵ Durante a comemoração de 16 de julho de 1995, o então presidente francês Jacques Chirac reconheceu oficialmente, pela primeira vez, a responsabilidade do Estado francês na *rafle* do Vél' d'Hiv'.²⁶

Desde o final do século XX, até os dias de hoje, houve várias outras proposições legislativas e aprovação de leis ditas “memoriais”, ou seja, que estabelecem comemorações ou iniciativas públicas e políticas de resgate do passado.²⁷ Em 2016, por exemplo, o Senado francês

livre). Sobre o caráter imperativo do dever de memória, ver em: ROUSSO, H. *La hantise du passé*, op. cit., p. 42-44.

²³ Não há uma boa tradução para “rafle”. Segundo o dicionário Larousse, a palavra se refere ao aprisionamento em massa de pessoas, como ocorreu no Velódrome d'Hiver (Vél' d'Hiv') com judeus, na França. Mantereí a palavra em francês, sem tradução, quando me referir a esse episódio.

²⁴ « Journée nationale commémorative des persécutions racistes et antisémites commises sous l'autorité de fait dite ‘gouvernement de l'État français » (tradução livre).

²⁵ ROUSSO, Henry ; CONAN, Éric. *Vichy, um passé qui ne passe pas*, op. cit., p. 33-60.

²⁶ Discurso de Jacques Chirac na ocasião da comemoração de 16 de julho de 1995 em: GUERRIER, Sophie. Le discours de Jacques Chirac au Vel d'hiv en 1995. *Le Figaro*, 31 mar. 2014.

²⁷ Desde o fim do século XX, houve muitas proposições de leis “memoriais” que suscitaram polêmicas na França. Segundo Gérard Noiriel, os militantes de Maio de 1968 denunciaram o silêncio do Estado francês quanto à sua

apreciou a proposta de criação do “Dia de Memória para perpetuar a nossa história, sensibilizar os jovens quanto aos sacrifícios dos seus predecessores e quanto aos valores republicanos da nação francesa”.²⁸ Esse projeto de lei pretendeu favorecer a transmissão de uma memória que destacasse um caráter combatente da nação francesa.²⁹ A recorrência de proposições legislativas – algumas delas aprovadas enquanto leis – de cunho comemorativo é vista por alguns historiadores como efeito de uma mentalidade marcada pelo sentido do “dever de memória”.

Frente a essas iniciativas políticas referentes às leis “memoriais”, muitos historiadores se posicionaram contrariamente à interferência do mundo político em relação ao passado, principalmente após a aprovação da Lei Gayssot. Aprovada na década de 1990, essa lei possibilitou que fossem processados e punidos aqueles que contestassem crimes contra a humanidade. Com base nessa lei, o historiador Pétré-Grenouilleau foi processado, em 2005, por ter afirmado, no lançamento de seu livro, que seria possível considerar o tráfico negreiro como um crime contra a humanidade, mas não como um genocídio tal como ocorreu a mando dos nazistas. Os historiadores, então, viram essa iniciativa, amparada pela lei, como um atentado contra a liberdade da história. Por conseguinte, em 2005 foi fundada, na França, a associação *Liberté pour l’histoire* sob a presidência de René Rémond. A associação se posicionou contra as frequentes intervenções políticas e judiciárias em relação a eventos do passado.³⁰ Segundo Rémond, os legisladores franceses, através das leis “memoriais”, ditam como se deve interpretar a história. Consequentemente, eles instituem uma única verdade histórica permitida. Rémond considerou a Lei Gayssot como a mãe de todas as leis “memoriais” que a ela se sucederam, todas sem justificativa, nem legitimidade. Essas leis são consideradas perigosas

responsabilidade não só em relação à deportação de judeus, como também acerca dos massacres coloniais, principalmente os que foram cometidos durante a Guerra da Argélia. Os julgamentos dos perpetradores do regime de Vichy da década de 1990, para Noiriel, é resultado dessa mobilização. Entretanto, é também uma reação a esse contexto o surgimento do negacionismo no seio da extrema-direita, o que suscitou a criação da Ley Gayssot de 1990, uma lei memorial que proibia as contestações a episódios classificados como crimes contra a humanidade. Depois dessa, outras leis que diziam respeito ao passado recente francês foram propostas, como a lei de 25 de fevereiro de 2005 que pretendia que o ensino de história abordasse também os aspectos positivos da colonização. Vários historiadores se posicionaram contra esses projetos de lei alegando que eles atentavam contra a liberdade do historiador. Ver em: NOIRIEL, Gérard. De l’histoire-mémoire aux “lois mémorielles”: Note sur les usages publics de l’histoire en France. *Études arméniennes contemporaines*, n. 15, 1 jan. 2012, p. 35–49. Em suma, as leis “memoriais” são proposições políticas que visam, com a força da lei, a destacar algum evento sobre o passado para que ele seja presente na memória coletiva e, consequentemente, na identidade coletiva que se pretende erigir.

²⁸ “Jour de Mémoire pour perpétuer notre histoire, sensibiliser les jeunes aux sacrifices de leurs anciens et aux valeurs républicaines de la nation française” (tradução livre).

²⁹ ROUSSO, H. *Face au passé: essais sur la mémoire contemporaine*, op. cit., p. 9.

³⁰ RÉMOND, René. L’Histoire et la Loi. *Études*, (Tome 404) jun. 2006, p. 763-773.; NORA, P.; CHANDERNAGOR, F. *Liberté pour l’Histoire*. Paris: CNRS Éditions, 2008.

para o conhecimento histórico porque tornariam os historiadores suscetíveis a comparecerem aos tribunais como réus em razão das suas pesquisas. A história lidaria com um passado complexo e com fatos que podem ser desinteressantes a certas pautas do presente.³¹

Para Rémond, o tribunal de Nuremberg e as tipificações de crimes contra a humanidade que o sucederam conduziram a sociedade ocidental a se responsabilizar moral e coletivamente pelos crimes cometidos no passado. No mais, a noção de crime contra a humanidade representa uma mudança de nossa relação com o passado por seu caráter imprescritível, que abole o efeito do tempo sobre a memória. Assim, a lembrança se tornou um imperativo moral cujo papel não seria apenas evitar a repetição desses crimes a partir da interdição do esquecimento. Ainda, esse “dever de memória” se justifica pelo dever de piedade sobre as vítimas.³² Portanto, as leis “memoriais”, tanto as que estabelecem uma verdade histórica, quanto aquelas que criam datas comemorativas e erigem monumentos, são um fenômeno do “dever de memória” por objetivarem um perpétuo não-esquecimento dos crimes do passado, além de, pela força da lei, engessarem como esse passado deve ser lembrado.

De fato, para Rousso, a justiça passou a desempenhar o papel de vetor de memória na França a partir de 1987, quando os processos de crime contra a humanidade começaram a ocorrer no país. Os julgamentos tardios de René Bousquet, Paul Touvier, Klaus Barbie e Maurice Papon, que aconteceram cinquenta anos após o fim do regime de Vichy, fizeram parte das iniciativas da justiça em relação ao passado próximo francês. Rousso ressaltou o processo de Touvier como singular por ele ter sido o primeiro francês julgado por um crime contra a humanidade, entre outros fatores. Ademais, sua condenação teria sido baseada, do ponto de vista histórico, em mentiras, pois os argumentos que levaram Touvier à prisão, por precisarem se adequar aos critérios de classificação de “crime contra a humanidade”, são contrários às informações encontradas nos documentos trabalhados pelos historiadores. O processo de Touvier se justificava por sua função de reparar a França em relação ao seu passado.³³

³¹ RÉMOND, René. *L'Histoire et la Loi. Études*, op. cit, p. 763-773.

³² RÉMOND, René. *L'Histoire et la Loi. Études*, op. cit, p. 765-766.

³³ Sobre o processo de Paul Touvier, confira o capítulo: ROUSSO, H.; CONAN, É. Touvier: le dernier procès d'épuration? In: *Vichy, un passé qui ne passe pas*, op. cit., p. 109-172. Para Rousso, esses julgamentos foram “espetacularizados” e revelaram não a vontade de “fazer justiça”, mas de mostrar para o mundo que a França estaria lidando com seu passado. Entretanto, esses julgamentos ocorreram num contexto diferente daquele em que os crimes ocorreram. ROUSSO, H.; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit., p. 95-99. Desse modo, a justiça atuou como um vetor de memória por ter, através dos julgamentos, oficializado a forma como esse passado teria ocorrido a partir de sua sentença final.

Rousso não só se posicionou em sua obra de modo crítico a essas iniciativas da justiça, como, publicamente, fez parte também de uma polêmica envolvendo os julgamentos tardios. Durante o julgamento de Papon na década de 1990, ele e outros historiadores foram citados pela defesa para testemunharem em seu processo. Rousso recusou o comparecimento e fez questão de tornar sua recusa pública. Ele alegou que as pesquisas científicas e interpretações históricas, elaboradas num contexto específico, seriam instrumentalizadas. Além disso, ele acreditava que essa não seria uma atitude aceitável a um historiador.³⁴ Para ele, durante os julgamentos de crime contra a humanidade, os registros da justiça, da memória nacional e da história se justapuseram. Enquanto a justiça examina crimes precisos em contextos distintos, a memória nacional, pela força da lei, busca inscrever uma interpretação do passado na consciência coletiva. Já a história produz uma análise distanciada do passado e tem como objetivo restituir a verdade de uma época em seu contexto. Todavia, Rousso acredita que essa sobreposição não ocorreu de modo a atribuir o mesmo valor a cada um desses registros.³⁵ Desse modo, inscrita no topos do dever de memória, a justiça não atuou para condenar perpetradores de forma precisa e contextualizada. Junto às leis “memoriais”, a justiça serviu, com os julgamentos, à agenda política desse topos ao sentenciar uma interpretação do passado de Vichy.

Também para Pierre Nora, o caráter imperativo da memória, traduzido por proposições de lei e iniciativas da justiça, poderia ameaçar a liberdade intelectual e as liberdades públicas do Estado democrático. Enquanto a história visa a compreender o passado, conhecer as mudanças e encadeamento de fenômenos do passado até os dias atuais, a memória negligencia as transformações e transições temporais. A memória, então, julgaria os fenômenos pretéritos com base em valores e moral que têm também uma historicidade. Ela, portanto, condena atores do passado a partir de critérios do presente.³⁶ Assim, Nora considera que esse período da sociedade francesa é caracterizado por iniciativas que criminalizam genericamente o passado.

Embora a história de todos os povos seja assinalada por crimes, Nora acredita que existe uma razão para a França, desde o século XX, parecer tão “desconfortável” com seu passado. A França, desde sua Revolução, construiu sobre si mesma uma imagem imaculada de nação e,

³⁴ VALLAEYS, Béatrice. Maurice Papon devant ses juges. Deux historiens refusent de témoigner. Maurice Rajsfus et Henry Rousso sont cités par la défense. *Libération*, 15 oct. 1997.

³⁵ ROUSSO, H.; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit., p. 97.

³⁶ NORA, Pierre. Malaise dans l'identité historique. In: NORA, Pierre; CHANDERNAGOR, Françoise. *Liberté pour l'histoire*. op. cit, p. 11-23.

através dessa imagem, se empenhou em promover uma unidade nacional. Todavia, as experiências vividas na história francesa contemporânea, desde a Revolução, passando pela derrota em 1940, a Ocupação nazista, à descolonização e a Guerra na Argélia, contradizem essa imagem construída.³⁷ Dito de outro modo: “É definitivamente em sua pretensão ou em sua vocação secular ao universal que deve-se buscar a principal razão por que a França estabelece hoje uma relação tão doentia com seu passado.”³⁸ É no contexto da reconstrução ou preservação de uma identidade nacional frágil que se inscrevem os trabalhos de Henry Rousso. Ele também acredita que a França tenha manifestado uma relação temporal caracterizada por um “passado que não passa” devido à sua fragilidade identitária.³⁹

O período que Rousso identificou como obsessivo, em que ganha relevância o topos do dever de memória, se iniciou na França a partir da década de 1970. Antes disso, os franceses, majoritariamente, pouco se empenharam em se pronunciar sobre seu passado recente, principalmente sobre o regime de Vichy. Na pesquisa que resultou *Le syndrome de Vichy*, Henry Rousso identificou um primeiro período do pós-guerra marcado pelo recalque das lembranças do regime.⁴⁰ Durante esse período, os historiadores ainda desconfiavam da legitimidade da história do passado próximo, vista mais como jornalismo do que como uma atividade científica. A afirmação da legitimidade da história do tempo presente ocorreu após o período de recalque de Vichy, quando o regime passou a ser reexaminado pelos historiadores.⁴¹ Desse modo, Henry Rousso publicou *Le syndrome de Vichy* nesse contexto, num período de obsessão da memória de Vichy, passado o momento de recalque, ao mesmo tempo em que os historiadores franceses se posicionavam criticamente contra o império da memória na França. É presente em suas obras, desde *Le syndrome de Vichy*, a recorrente crítica ao “dever de memória”, que Rousso enxerga como um sintoma de uma sociedade que vive em desarmonia com seu passado.⁴² Assim, *Le syndrome de Vichy* não só sublinhou e se posicionou criticamente

³⁷ NORA, Pierre. Malaise dans l'identité historique. In: NORA, Pierre; CHANDERNAGOR, Françoise. *Liberté pour l'histoire*, op. cit, p. 21.

³⁸ « C'est en définitive dans sa prétention ou sa vocation séculaires à l'universel qu'il faut chercher la principale raison pour que se mette en place aujourd'hui un rapport si maladif de la France avec son passé. » NORA, Pierre. Malaise dans l'identité historique. In: NORA, Pierre; CHANDERNAGOR, Françoise. *Liberté pour l'histoire*, op. cit, p. 22 (tradução livre).

³⁹ ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*, op. cit, p. 22.

⁴⁰ ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*, op. cit, p. 77-117.

⁴¹ GARCIA, Patric. Essors et enjeux de l'histoire du temps présent au CNRS, op. cit, p. 4.

⁴² ROUSSO, H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit, p. 30-33.

acerca da obsessão da memória de Vichy, como também, através do olhar distanciado da história, se propôs a se debruçar sobre esse passado sem o laço afetivo e presentista da memória.

1.1 Historiografia recalçada

No momento em que Rousso escolhia trabalhar com esse período, a sociedade e o meio universitário franceses começaram a sentir o impacto historiográfico da publicação de Robert Paxton, na década de 1970. Este historiador estadunidense – e a nacionalidade do autor incomodou bastante alguns dos seus leitores franceses –, tinha analisado o regime com foco no “ocupado” e não no “ocupante”, invertendo a tendência até então dominante das abordagens historiográficas do período. Paxton também se preocupou em mostrar Vichy como um projeto de mudanças profundas no interior da sociedade francesa, projeto, portanto, indissociável da política colaboracionista do Estado.⁴³ O trabalho de Paxton tornou-se relevante porque veio a responder a demandas latentes no contexto dos anos 1970-1974 – período de grande obsessão memorial com o período analisado.

Influenciado pelo impacto causado por Paxton, Henry Rousso publicou a primeira edição de seu célebre *Le syndrome de Vichy* em 1987. Pouco depois da publicação da segunda edição, Jean Pierre Azéma e François Bédarida escreveram um artigo acerca da historiografia francesa sobre o regime de Vichy. Referindo-se a esse período do pós-guerra como uma síndrome, na esteira de Rousso, eles diagnosticaram que os historiadores não desempenharam um papel primordial após a guerra no entendimento do que ocorreu naquele período. Assim, os historiadores não teriam respondido imediatamente a uma demanda social, nem guiado os contemporâneos no trabalho de memória e de luto até, pelo menos, o fim da década de 1960.⁴⁴ Isso só ocorreu após a publicação de três importantes trabalhos, todos frutos de historiadores estrangeiros: *The new order and the French economy*, de Allan Milward, *La France dans l'Europe de Hitler*, de Eberhard Jäckel e *Vichy France*, de Robert Paxton. As pesquisas que resultaram os livros supracitados ocorreram após o governo estadunidense liberar a consulta aos arquivos apreendidos durante o confronto com o *Reich*.⁴⁵ Esses historiadores verificaram

⁴³ PAXTON, Robert. *Vichy France: old guard and new order 1940-1944*. New York: Columbia University Press, 2001, 415p. O impacto da publicação de *La France de Vichy*, de Robert Paxton, é abordado por Henry Rousso no capítulo 6 de *Le Syndrome de Vichy*, op. cit., p. 287-292. Ver também: ROUSSO, Henry. *Vichy: l'événement, la mémoire, l'histoire*. Paris: Gallimard, 1992, pp. 15-17.

⁴⁴ AZÉMA, Jean-Pierre; BÉDARIDA, François. Vichy et ces historiens. *Esprit*, n. 181 (5), mai. 1992, p.44.

⁴⁵ AZÉMA; BÉDARIDA. *Vichy et ces historiens*, op. cit., p.47.

que a colaboração do regime de Vichy com o *Reich* partiu do próprio estado francês, e não foi o resultado de algum tipo de pressão ou ofensiva de Hitler. Por conseguinte, o regime de 1940 a 1944 passou a ser considerado um objeto global de análise dos historiadores franceses.⁴⁶

Isso marcou também uma mudança no olhar historiográfico relativo ao período: da França *de* Vichy, os historiadores passaram a analisar a França *sob* Vichy. Isto é, o olhar dos historiadores desviou-se do estado para os grupos sociais e culturais franceses, fomentando investigações sobre como a sociedade civil francesa reagiu ao governo de Marechal Pétain e com ele se relacionou. Esse novo olhar foi lançado especialmente por historiadores que nasceram após a guerra – entre os quais se encontra Henry Rousso.⁴⁷ Na década de 1970, Rousso estudava na École Normale Supérieure de Saint-Cloud quando teve contato com *Vichy France*, de Paxton. Foi então que ele decidiu concentrar seus estudos no período francês de 1940 a 1944.⁴⁸ Ao longo de seus estudos, Rousso percebeu que a questão de Vichy continuava no centro das polêmicas recorrentes desde 1944, demonstrando para ele não só que esse continuava sendo um passado presente, como também que vinha sendo construída desde o fim do regime uma história da lembrança do período.⁴⁹ Por conseguinte, seu objeto de pesquisa mudou: em vez das questões políticas e institucionais do regime de Vichy, Rousso passou a analisar as diversas relações que a sociedade francesa estabeleceu com o passado de Vichy após a guerra até os dias atuais. Desse modo, ele se soma aos historiadores do tempo presente que estudam o passado próximo da França.

Lançando seus primeiros trabalhos no período de obsessão da memória, Rousso acredita que a história do tempo presente possa responder a uma demanda social por promover o entendimento distanciado de um acontecimento dramático, ainda próximo e de difícil compreensão.⁵⁰ Isso se difere do topos do dever de memória, que visa uma relação próxima, afetiva e permanente com o passado. Assim, o tema abordado em *Le syndrome de Vichy* era recorrente e havia uma demanda entre os franceses no fim do século XX por respostas a questionamentos sobre esse período. Pelo método histórico, Rousso propôs uma análise

⁴⁶ AZÉMA; BÉDARIDA. *Vichy et ces historiens*, op. cit., p.47

⁴⁷ AZÉMA; BÉDARIDA. *Vichy et ces historiens*, op. cit., p.49-50. NORA, P. Le Syndrome, son passé, son avenir. *French Historical Studies*, vol. 19, n.2 (Autumn, 1995), p.488

⁴⁸ ROUSSO, H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit, p. 12.

⁴⁹ ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*, op. cit, p. 9.

⁵⁰ ROUSSO, Henry. *La hantise du passé*, op. cit, p. 52.

distanciada dessa obsessão. De acordo com Paul Ricœur, *Le syndrome de Vichy* poderia, então, auxiliar os franceses no trabalho de luto ao promover o trabalho de memória.⁵¹

1.2 Historiador do tempo presente

Ajudar seus contemporâneos a exorcizar esse passado obsessivo através do trabalho de luto é, para Ricœur, o ato de cidadania que Henry Rousso realizou com *Le syndrome de Vichy*.⁵² Rousso apontou que, embora houvesse inúmeros desafios metodológicos e mesmo políticos no trabalho sobre um tema da história do tempo presente, abordar Vichy constituiu uma exigência moral do historiador enquanto cidadão por ser esse um tema então muito presente e em construção na memória coletiva.⁵³ Nascido no Cairo em 1954, Rousso é oriundo de uma família judia perseguida pelo regime de Nasser durante a crise de Suez, em 1956, quando ele e seus familiares emigraram para a França.⁵⁴ A sua trajetória pessoal, portanto, é marcada também por vários momentos violentos da história mundial do século XX. Na dedicatória do seu livro *Face au passé*, ele escreveu que o seu pai teve a sabedoria de deixar o passado para trás.⁵⁵ Tal dedicatória dialoga com sua insistente crítica ao “dever de memória”, que Rousso analisa como um valor cardinal de nossos tempos”.⁵⁶

Acredito que esse dever se constitua um topos por ser um princípio de encadeamento argumentativo abstrato, de certa forma banal e consensual, cujo discurso contém um fundo moral. Assim, o “dever de memória” se tornou um lugar-comum nos discursos hodiernos e políticos na França, obrigando a lembrança dos crimes cometidos durante o regime de Vichy. Esse termo surgiu de forma recorrente na França por volta da década de 1970. Ao traçar sua genealogia, Sébastien Ledoux observou que não existe uma fonte originária e verdadeira de seu significado. De fato, há vários significados de “dever de memória” produzidos e dados pelos franceses de acordo com situações contingentes no tempo e que fabricam uma memória “interdiscursiva” de seu significado.

⁵¹ RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007, p. 456-457.

⁵² RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*, op. cit, p. 456-457.

⁵³ ROUSSO, Henry. *Vichy: l'événement, la mémoire, l'histoire*. op. cit, p. 18-19,

⁵⁴ ROUSSO, H; PETIT, P.. *La hantise du passé*, op. cit, p. 07-08.

⁵⁵ ROUSSO, Henry. *Face au passé: essais sur la mémoire contemporaine*. op. cit. “À la mémoire de mon père, qui fut apatride et réfugié mais eut la sagesse de laisser le passé derrière lui» (tradução livre).

⁵⁶ ROUSSO, Henry. *Face au passé*, op. cit. p. 10.

Por um lado, a gênese desse topos é associada ao genocídio da população judaica durante a Segunda Guerra Mundial devido à publicação, em 1995, de uma entrevista de Primo Levi na França. Essa publicação recebeu o título de *Le devoir de mémoire* (“O dever de memória”) por escolha dos editores franceses. Tendo sido um sucesso de venda, seu título e o termo “dever de memória” passaram a ser atribuídos a Primo Levi, também por se relacionarem a seus relatos da *Shoah* e da necessidade que as vítimas tinham em falar o que viveram, enfrentando o silêncio que sucedeu o fim da guerra. Por outro lado, Ledoux analisou que a recorrência da utilização desse topos está relacionado às transformações dos usos da palavra “memória” na França durante o fim da década de 1970 à década de 1980. Dentre as transformações, está o distanciamento da memória em relação à sua característica antropocêntrica. A memória, então, deixou de estar relacionada a uma faculdade dos seres humanos para se referir a representações do passado no presente em construções discursivas que afirmam as identidades de grupos e pessoas. Assim, nos domínios da história, a memória passou a ser objeto privilegiado de estudo de uma nova geração que associa a memória ao “presente do passado”, além de ter se tornado um termo recorrente no vocabulário francês do final do século XX.⁵⁷

Portanto, o termo “dever de memória” se tornou um topos na França por estar incorporado ao senso comum e por ter se constituído um lugar-comum discursivo que evoca a necessidade da permanência do passado no presente, principalmente daquele que diz respeito ao genocídio dos judeus durante a Segunda Guerra Mundial. Esse termo é o produto de diversos contextos discursivos que, pouco a pouco, se assimilaram em torno de um entendimento traduzido pelo senso comum.⁵⁸ Por conseguinte, a crítica que é feita por Henry Rousso e por outros historiadores do tempo presente ao topos do dever de memória não diz respeito à luta das vítimas contra o silêncio após as guerras. Suas críticas se referem às iniciativas que instrumentalizam a história para pautas desse dever, que criminaliza o passado. Também, esses historiadores questionam qual a extensão que esse passado deveria ocupar na sociedade francesa.

Esse topos está inscrito num período de obsessão com o passado. Entretanto, não é qualquer passado que assombra o presente. Segundo Rousso, esse passado não se refere a uma era de ouro, mas é aquele marcado por “fogo, ferro e sangue”. O evento que é central para

⁵⁷ LEDOUX, Sébastien. Les lieux d’origine du devoir de mémoire. *Conserveries mémorielles* [En ligne], # 15 | 2014, mis en ligne le 10 mai 2014, consulté le 08 décembre 2017.

⁵⁸ LEDOUX, Sébastien. Les lieux d’origine du devoir de mémoire, op. cit.

compreendemos o advento do tempo da memória, em que surge o topos do dever de memória, é Auschwitz.⁵⁹ A memória, após Auschwitz, ganhou um espaço cada vez maior e mais imperativo nas sociedades europeias em consequência a mudanças em nossa forma de vivenciar o tempo após a guerra.

A desconfiança quanto à utopia do progresso, característica do tempo moderno, acentuada após as guerras do século XX, resultou, segundo François Hartog, numa crise da nossa relação com o tempo. Para ele, “[o] próprio curso da história recente, marcado pela queda do muro de Berlim em 1989 e pela derrocada do ideal comunista trazido pelo futuro da Revolução, assim como a escalada de múltiplos fundamentalismos, abalaram, de uma maneira brutal e duradoura, nossas relações com o tempo”.⁶⁰ Assim, ele constata que essa crise é caracterizada por um sentimento de pertencimento a “duas eras”: o passado não está abolido, ao mesmo tempo em que não mais nos serve ao presente. Já o futuro não é mais desejado como outrora, mas teme-se o porvir. Desse modo, o presente não é orientado em direção ao futuro com referência ao passado. Dialogando com Hannah Arendt, que formulou o conceito de *gap* ou brecha entre passado e futuro, Hartog apresenta a categoria heurística de regime de historicidade, propondo uma ferramenta de análise que permite que os historiadores analisem a ordenação do tempo.⁶¹

Segundo Hartog, essa categoria ajudaria “a melhor apreender, não o tempo, todos os tempos ou a totalidade do tempo, mas principalmente momentos de crise do tempo, aqui e lá, quando vêm justamente perder sua evidência as articulações do passado, do presente e do futuro”.⁶² Dialogando com a semântica temporal proposta por Reinhart Koselleck, Hartog definiu o regime de historicidade como uma categoria que se propõe a esclarecer a tensão gerada pela distância criada entre espaço de experiência e horizonte de expectativa, sendo o tempo histórico o produto dessa distância.⁶³ Assim, ele argumenta que o momento atual é assinalado pela crise do tempo porque ele observou que o presente tomou cada vez mais espaço do passado e do futuro nessa ordenação, ao mesmo tempo em que não são claras as posições ocupadas por

⁵⁹ ROUSSO H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit., p. 38.

⁶⁰ HARTOG, François. *Regimes de historicidade*, op. cit, p. 19.

⁶¹ HARTOG, François. *Regimes de historicidade*, op. cit, p. 11-38.

⁶² HARTOG, François. *Regimes de historicidade*, op. cit, p. 37.

⁶³ HARTOG, François. *Regimes de historicidade*, op. cit, p. 39. Para as categoriais de “espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”, ver: KOSELLECK, Reinhart. “Espaço de experiência” e “horizonte de expectativa”: duas categorias históricas. In: *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 305-327.

esses tempos.⁶⁴ Desse modo, Hartog concluiu que “(...) a produção do tempo histórico parece estar suspensa. Daí talvez essa experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico”.⁶⁵ Por conseguinte, ele denomina de “presentista” o regime de historicidade atual.

A crise do regime moderno de historicidade, que sucedeu o regime atual, foi propiciada pelos impactos da Primeira e Segunda Guerra Mundiais. Esse regime moderno era demarcado pelo tempo do progresso. Após as guerras, vários movimentos eclodiram, contestando uma temporalidade cujo futuro seria positivo e estaria sendo preparado no presente. Em 1968, as manifestações que eclodiram no mundo todo criticavam o progresso do capitalismo, colocando em dúvida o tempo como um caminho que levaria a humanidade ao futuro prometido. Já em 1980, houve o surgimento da “onda” da memória, consequente dos crimes do século XX e de um passado que parecia não passar. Os atores desse período pertenciam às gerações posteriores às que viveram os eventos violentos, e criticaram esse passado que parecia assombrar o presente, evocando a memória como uma categoria meta-histórica e abrangente para tal.⁶⁶

Assim como Rousso, Hartog também acredita que a posição ocupada pelo presente se relaciona à “maré viva em relação à memória” do mundo ocidental. Também, para Hartog, o impacto de Auschwitz e do regime nazista é essencial para compreendermos o papel central que as vítimas do genocídio passaram a ocupar nas sociedades da segunda metade do século XX.⁶⁷ Henry Rousso concorda com Hartog quanto ao presentismo que caracteriza o regime de historicidade predominante nas sociedades ocidentais desde o final da Segunda Guerra Mundial. Do mesmo modo, para Rousso, o fim dessas guerras deu início a uma “era das testemunhas”, propiciada pelo espaço das lembranças do passado, que adquiriram uma centralidade fundamental na história. Por conseguinte, as políticas memorialísticas reivindicadas no século XX são ligadas ao desvanecimento entre a fronteira do passado, presente e futuro que levam ao tempo presentista.⁶⁸

⁶⁴ De acordo com Hartog, essa crise é evidente a partir das indagações que são feitas quanto às articulações das categorias de tempo. O passado é cada vez mais esquecido ou excessivamente lembrado? O horizonte do futuro desapareceu ou se apresenta de forma ameaçadora? E o presente é constantemente consumado no imediatismo ou parece estático e quase perpétuo? Portanto, a crise do tempo é sublinhada pela perda de clareza da articulação entre passado, presente e futuro. In: HARTOG, François. *Regimes de historicidade*, op. cit, p. 37-39.

⁶⁵ HARTOG, François. *Regimes de historicidade*, op. cit, p. 39.

⁶⁶ HARTOG, François. *Regimes de historicidade*, op. cit, p. 24-25.

⁶⁷ HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, pp. 226-229.

⁶⁸ ROUSSO, Henry. Rumo a uma globalização da memória. *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 1, jan./abr. 2014, p. 265-279.

É essa a mudança de temporalidade, caracterizada pelo deslocamento da experiência do tempo passado para o presente, que os historiadores do tempo presente observaram ter ocorrido na França no momento em que foi criado, no fim da década de 1970, o Instituto de História do Tempo Presente (*Institut d'histoire du temps présent*). Roussou, ao lado de outros historiadores, como François Bédarida, esteve envolvido em sua criação e hoje é diretor de pesquisa do Instituto. Conforme o que já foi mencionado, as pesquisas em história do tempo presente têm como delimitação temporal acontecimentos de um passado próximo cujos atores podem ainda estar vivos. Por isso, as testemunhas e a forma como as sociedades se associam e significam seu passado são objetos privilegiados da história do tempo presente. Para Roussou, o estabelecimento desse tipo de história no fim do século XX é um sintoma do grande espaço ocupado pela memória entre as preocupações do mundo contemporâneo.⁶⁹ Da mesma forma, ela responde a uma demanda dos tempos atuais. Ao mesmo tempo em que existe uma dificuldade em abordar seu passado, a sociedade francesa tem também necessidade de interpellá-lo e analisá-lo.⁷⁰

1.3 O dever de memória

Como já foi dito, os historiadores do tempo presente se posicionaram, desde a criação do IHTP, de maneira crítica ao topos do dever de memória e o consideram um fenômeno recorrente da mudança de como a sociedade ocidental se relaciona com seu passado próximo. Em seu livro publicado a partir de uma entrevista com Phelippe Petit, Roussou constantemente relaciona a memória à experiência temporal vivenciada após episódios ditos traumáticos do século XX. Para ele, a intensidade do passado próximo é um indicativo da dificuldade de assumirmos as tragédias do século XX.⁷¹ Desse modo, os franceses vivenciam um “tempo da memória” (*temps de mémoire*). Referindo-se principalmente às sociedades europeias, mas também a outras, como as latino-americanas, asiáticas e africanas que passaram por momentos conflituosos e violentos, ele argumenta que a memória se tornou um valor ético e imperativo, para além de um fenômeno que se referiria a uma forma de relação com o passado.⁷²

⁶⁹ ROUSSOU, H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit, p. 26.

⁷⁰ ROUSSOU, H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit, p. 12.

⁷¹ ROUSSOU, H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit, p. 12.

⁷² ROUSSOU, H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit, p. 14.

Existem outras formas de nos relacionarmos com o passado, como, por exemplo, através da própria história, ou da tradição. Entretanto, os discursos e iniciativas que visam o não esquecimento expressam uma obsessão com o passado. A atitude de apagar ou de se esquecer de alguma coisa é vista de forma suspeita e tudo é suscetível a se tornar um “lugar de memória”.⁷³ Assim, a noção de “dever de memória” reivindica a necessidade de conhecer ou de rememorar as tragédias da Segunda Guerra Mundial e suas sequelas, mas de modo imperioso e obrigatório.

Esse dever enquadra-se no que Paul Ricœur chamou de “abusos da memória”. De acordo com Ricœur, o dever de memória é reivindicado num contexto específico europeu ocidental e, em particular, na França após a segunda metade do século XX. Num dos capítulos de seu *A memória, a história, o esquecimento*, Ricœur se valeu da psicanálise freudiana para se referir a uma memória coletiva ferida, entendida no nível patológico-terapêutico como uma memória impedida. Para isso, ele compara dois ensaios de Freud: *Rememoração, repetição, perlaboração* e *Luto e melancolia*. Os dois trabalhos de Freud se aproximam no que diz respeito ao trabalho de rememoração, ou a *perlaboração*, como uma atitude importante da cura terapêutica. De acordo com Freud, a repetição é ainda um fenômeno psíquico em que o paciente que viveu um episódio traumático não se lembra desse passado de maneira saudável. Isto é, a interpretação dessa lembrança é impossibilitada por uma barreira que Freud denominou como uma resistência que continua recalando essa lembrança, ou tornando-a indisponível na forma consciente da memória. Por ser uma lembrança recalada, ela não desaparece, mas é substituída por ações de repetição. A repetição não é, portanto, trabalho de lembrança, mas é um fenômeno que impede esse trabalho.⁷⁴

⁷³ Henry Rousso dialoga constantemente com Pierre Nora em relação aos lugares de memória. Para Nora, com o fim do Estado-nação, cada vez mais erigimos lugares de memória porque não mais vivenciamos nossa memória. Desse modo, “[o]s lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notoriar atas, porque essas operações não são naturais”. NORA, P. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: *Proj. História*, v. 10, dez. 1993, p. 13. Assim, o Estado-nação dá lugar a identidades fragmentadas em grupos diversos, que, pela memória, utilizam o passado para legitimar sua identidade. Também, para Rousso, a sociedade atual teme o esquecimento de tal modo que temos a tendência a criar lugares de memória para quaisquer coisas. Essa “ruminação” de Vichy através da memória de um passado “assombrador”, segundo Rousso, é visto por ele também como um sintoma de uma “inquietude difusa sobre o próprio status da nação francesa”. Isso em nome do não-esquecimento como palavra de ordem do “dever de memória”. ROUSSO Henry. *La hantise du passé* op. cit, p. 15. ROUSSO, Henry. *Vichy: l'événement, la mémoire, l'histoire*, op. cit, p. 18-19. “(...) la rumination sur Vichy, cette mémoire d'un passé honteux qui a pris la place de la célébration de la Résistance, objet de fierté nationale et lecture symétriquement inverse d'une même séquence historique, peut aussi s'entendre comme le symptôme d'une inquietude diffuse sur le statut même de la nation française” (tradução livre).

⁷⁴ RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*, op. cit., p. 84.

Dessa forma, *Luto e melancolia* se aproxima deste ensaio porque o trabalho de luto é também trabalho de lembrança. O trabalho de luto consiste em renunciar a ligação da libido ao objeto perdido para que a psique assimile a perda. Para Freud, por mais que a realidade revele a não-existência desse objeto, ele continua existindo na mente humana caso não haja o trabalho de luto, pelo qual o indivíduo assimila a perda e se reconcilia com sua lembrança. É a ausência do trabalho de luto que leva à melancolia. Portanto, *Rememoração, repetição, perlaboração* se aproxima de *Luto e melancolia* porque, sem o trabalho de rememoração, no primeiro, a lembrança é substituída pelo ato, ou seja, pela repetição. No segundo, o luto é substituído pela melancolia.⁷⁵ Assim, para Ricœur, o que falta ao trabalho de memória e de luto para se igualarem ao “dever de memória” é o elemento imperativo presente neste topos, elemento esse que é ausente nas noções de trabalho. O “dever de memória”, para Ricœur, até corresponde à vontade de analisando em contribuir com a análise, sendo essa a primeira condição da cura terapêutica para Freud. Entretanto, o trabalho de memória e o trabalho de luto requerem tempo, paciência e são contrários à coerção de lembrança que o topos do dever de memória impõe.⁷⁶ Além disso, esse topos se relaciona a uma ideia de justiça: o dever de memória se tornou o dever de fazer justiça ao outro. A isso, se associa uma noção de dívida, pois aquele que deve se lembrar perpetuamente não é a vítima do evento traumático. Desse modo, a obrigação de se lembrar é um dever a outros, que não nós.⁷⁷ Ao se transformar num dever imperativo de fazer justiça, o “dever de memória” configura-se, para Ricœur, num abuso de memória por aproximar-se da ideia de repetição, e não de trabalho de memória, que impede também o trabalho de luto.

Ao enfatizar o caráter de dívida para com outros, Ricœur também pontuou outra característica desse dever: ele se tornou um topos de uma geração posterior à que viveu o período considerado traumático. Como já foi mencionado, o termo “dever de memória” é o produto de uma memória “interdiscursiva” e seus surgimento foi relacionado na França à autoria de Primo Levi. É importante ressaltar que o posicionamento de intelectuais franceses a esse topos não criticava a necessidade das vítimas da *Shoah* de contar esse passado, e nem diminuiu as razões por que esse passado se projeta no presente, isto é, devido realmente à carga traumática desse passado. De todo modo, os usos do topos estão relacionados a uma nova geração que acompanhou, na virada da década de 1970 para 1980, uma mudança do vocabulário

⁷⁵ RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*, op. cit., p. 83-93.

⁷⁶ RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*, op. cit., p. 101.

⁷⁷ RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*, op. cit., p. 101-102.

de “memória”, relacionando-a a uma forma mais ampla de relação com o passado a partir do presente.⁷⁸ Dentro desse período que Rousso identifica como estando marcado pela obsessão após o fim de 1960, esse termo foi também ressignificado por aqueles que reivindicavam políticas memoriais. Essas políticas extrapolam a reivindicação pela memória do que ocorreu com as vítimas da *Shoah* e acabam, como o Nora afirmou, se referindo a qualquer crime do passado, criminalizando, de certa forma, todo o passado.⁷⁹ O dever de memória passou, então, a ser um fenômeno de uma geração que nasceu após a guerra (não das vítimas, portanto) e se relacionaria a uma mudança na forma de se relacionar com o tempo. Essa questão é muito presente em *Vichy, un passé qui ne passe pas*, livro publicado por Rousso após *Le Syndrome de Vichy*. Tanto as reivindicações por comemorações da *rafle* do Vel’ d’Hiv’, por acesso a arquivos em nome da memória e mesmo os processos judiciais – em especial o processo Touvier – emergiram na década de 1990, cinquenta anos após o fim do regime de Vichy, e seus agitadores em maioria eram pessoas de uma geração ulterior à dos atores principais do regime.

Rousso retomou seu caso pessoal na dedicatória de seu livro *Face au passé* para justificar a sua assertiva de que a memória, como um valor imperativo, pode ser um sintoma de fragilidade na sociedade que a reivindica.⁸⁰ Dialogando com Pierre Nora, ele defende que a memória de um passado que assombra o presente, comemorada como é o caso da celebração da Resistência, revela uma inquietude sobre a nação francesa – e, por isso, a memória se torna um discurso compulsivo.⁸¹ A memória se converteu no modo principal como, na sociedade contemporânea, nos relacionamos ao passado porque essa ligação estabelece um vínculo afetivo, sensível e presente com eventos pretéritos. A história, para Rousso, estabelece uma outra relação com o tempo, remetendo o passado ao presente para melhor compreendermos a alteridade do tempo e as mudanças que se desenrolaram no progresso.⁸² Já a memória diz

⁷⁸ LEDOUX, Sébastien. Les lieux d’origine du devoir de mémoire, op. cit.

⁷⁹ Embora não se refira ao dever de memória, Berber Bevernage em seu artigo *The past is evil/evil is past* argumentou que as “políticas retrospectivas” – como ele chamou iniciativas de “justiça” a crimes do passado – podem funcionar como teodiceias seculares que exculpam os contemporâneos desses crimes. Isso porque essas políticas podem levar a um “maniqueísmo” temporal que tende a demarcar uma fronteira de pertencimento de todo o mal. Assim, o mal pertenceria apenas ao pretérito, separado do presente. Acredito que essa tese de Bevernage possa dialogar com Pierre Nora quanto a esse caráter do topos do dever de memória. Cf: BEVERNAGE, Berber. *The past is evil/evil is past: on retrospective politics, philosophy of history, and temporal manichaeism. History and Theory*, v. 54, n. 3, p. 333–352, out. 2015.

⁸⁰ ROUSSO, H. Henry Rousso : « Le surinvestissement dans la mémoire est une forme d’impuissance » : interview. [8 abril 2016]. Paris : *Libération*. Entrevista concedida a Sonya Faure e Dessin Sylvie.

⁸¹ ROUSSO, H. *Vichy: l’événement, la mémoire, l’histoire*, op. cit., p. 17-18.

⁸² ROUSSO Henry. *La hantise du passé*, op. cit, p. 35-36. Essa é uma concepção acerca do papel da história partilhada por muitos historiadores e filósofos da história. Por exemplo, as noções de consciência histórica e orientação de Jörn Rüsen revelam sua compreensão da história como um tipo de relação distanciada com o passado.

respeito ao passado não passado.⁸³ Ela ignora qualquer hierarquia de tempo por aboli-lo ao estabelecer com ele um laço afetivo.⁸⁴ Em outras palavras, para Rousso, a história nos afasta do passado, pois intentamos, por meio do trabalho do historiador, compreender a distância que nos separa dele. Já a memória eliminaria esse intervalo da ordenação temporal, remetendo o passado ao presente como algo que não pode “desaparecer”.

Rousso observa que esse excesso do passado, percebido no atual tempo da memória, demonstra uma sociedade com dificuldade em assumi-lo e, a partir dele, afrontar o presente e imaginar o futuro (*l'avenir*).⁸⁵ Uma das causas por que a memória ganhou um forte valor é as já referidas experiências francesas do tempo, tal como são estabelecidas desde o último quarto do século XX. O tempo parece cada vez mais rápido e imediato. Pode-se discutir se tal tempo merece mesmo a qualificação de “presentista”, mas para Rousso é certo que, nas sociedades contemporâneas, o passado aparenta escapar das mãos dos indivíduos e, por isso, existe a necessidade de remetê-lo ao presente ao invés de simplesmente observar o pretérito num lugar diferente do tempo atual.⁸⁶ Essa percepção sobre o excesso de passado e o “dever de memória” já estava presente na obra de Rousso quando ele escreveu *Le syndrome de Vichy*. O que ele pretendeu enfatizar nesse trabalho foi o caráter obsessivo da memória do regime de Vichy – última fase da evolução da síndrome em sua cronologia psicanalítica. O próprio Rousso sugere que esse é um aspecto pouco percebido de seus trabalhos. Isso é consequência da demasiada atenção dada aos recalques e esquecimentos, aspectos que serviram à agenda do “dever de

A consciência histórica, para Rüsen, é “a suma das operações mentais com as quais os homens interpretam sua experiência da evolução temporal de seu mundo e de si mesmos, de forma tal que possam orientar, intencionalmente, sua vida prática no tempo.” RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 57. Assim, as narrativas históricas produzidas por historiadores são respostas a demandas sociais, a carências de orientação, já que, para Rüsen, as histórias constituem sentido quando respondem às necessidades dos grupos humanos de extrair do passado um “sentido para o presente”. Isto é, as histórias têm sentido quando correspondem aos questionamentos presentes. Rüsen ainda ressalta que existem outras formas de orientação cultural, além da narrativa produzida pelos historiadores. Para ele, a tradição é uma delas, entendendo-a como uma “modalidade de orientação cultural” cujo passado não é percebido como passado. Esse passado, então, carece de historicidade na tradição e permanece, portanto, presente. Já a narrativa histórica é o que provoca a historicização desse passado, remetendo-o, por conseguinte, a um tempo findo, diferente do presente. De acordo com a alegoria de Rüsen, o pensamento histórico, por intermédio das narrativas, causa a despresentificação do passado, fazendo com que os fantasmas se convertam em antepassados. Paralelamente a Rousso, Rüsen acredita que o pensamento histórico permite que os seres humanos vejam o presente como “resultado de trabalho cultural acumulado ao longo da cadeia das gerações humanas”. Portanto, o passado distanciado do presente permite que os grupos humanos extraíam dele um sentido para o seu presente e, conseqüentemente, orientem suas ações práticas. ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*. Goiânia: Editora UFG, 2010, p. 19-25.

⁸³ ROUSSO, H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit, p. 16.

⁸⁴ ROUSSO, H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit, p. 35-36.

⁸⁵ ROUSSO, H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit, p. 30.

⁸⁶ ROUSSO, H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit, p. 35-36.

memória”. Por isso, em *Vichy, un passé qui ne passe pas*, ele, juntamente com o jornalista Éric Conan dá continuidade à sua reflexão de *Le syndrome de Vichy* enfatizando o caráter obsessivo dessa memória.

Pierre Nora observou bem que *Vichy, un passé qui ne passe pas* não é uma continuação de *Le syndrome de Vichy*, mas é uma reação à agravação clínica da síndrome.⁸⁷ Para Nora, aconteceu com Rousso o mesmo que com o seu *Lieux de mémoire*, fenômeno que chamou de *histoire-boomerang*: as questões abordadas por ambos foram instrumentalizadas pelo evento que eles criticaram. Ou seja, *Lieux de mémoire* foi escrito com o intuito de analisar criticamente a onda de comemorações da sociedade francesa, mas se tornou um instrumento das comemorações. Do mesmo modo, *Le syndrome de Vichy* foi escrito visando a demonstrar a ascensão da memória de Vichy e a obsessão com esse regime. Não obstante, o efeito foi o contrário do imaginado, pois o trabalho serviu de instrumento ao “dever de memória”.⁸⁸ Desse modo, *Vichy, un passé qui ne passe pas* não foi publicado como um trabalho que corrigiria o *Le syndrome de Vichy*, mas antes como uma continuação da reflexão sobre a memória da guerra de maneira crítica ao “dever de memória” expresso, no momento de sua publicação, como um topos na sociedade francesa. *Vichy, un passé qui ne passe pas* objetivou uma análise distanciada da permanência da obsessão sobre o passado, obsessão essa mais evidente do que quando *Le syndrome de Vichy* foi publicada⁸⁹ – ainda que parte de sua “cronologia psicanalítica” seja dedicada à obsessão.

Devido à constatação de que o regime de Vichy era um passado que não passava na sociedade francesa – e que talvez ainda não tenha passado – Rousso passou a valer-se de conceitos psicanalíticos para explicar esse fenômeno e ordenar a sua narrativa em *Le syndrome de Vichy*. No mais, o fato de Rousso escrever a história da memória da sociedade francesa após a Segunda Guerra Mundial e os conflitos intestinos do regime de Vichy levou-o a encontrar na psicanálise uma correlação entre seu estudo e as patologias da memória. Rousso alega que empregou, em *Le syndrome de Vichy*, conceitos derivados da psicanálise de modo metafórico. Devemos, então, compreender que, a psicanálise, no referido trabalho, teria um valor heurístico para subsidiar a análise da evolução de como os franceses se lembravam do passado e a ele se

⁸⁷ NORA, Pierre. Le Syndrome, son passé, son avenir. *French Historical Studies*, vol. 19, n. 2 (Autumn, 1995), p 489.

⁸⁸ ROUSSO, H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit., p. 27.

⁸⁹ ROUSSO, H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit., 29.

associavam.⁹⁰ Seria errado, portanto, concebermos os fenômenos psíquicos dos conceitos utilizados por ele “ao pé da letra”, como se fossem as únicas causas dessa relação permanente do presente francês com seu passado.

O que Rousso classificou como a “síndrome de Vichy” é um conjunto heterogêneo de manifestações que revelam a existência de um trauma engendrado pela Ocupação.⁹¹ Logo, a psicanálise orientou sua análise da evolução das representações do passado da guerra por meio da metáfora de uma neurose coletiva obsessiva.⁹² Por serem as patologias comumente abordadas na psicanálise patologias de memória, é plausível recorrer a conceitos psicanalíticos numa história da memória, como a que Rousso desenvolve com foco no regime de Vichy. É desse aporte da psicanálise na história que tratarei no capítulo seguinte.

⁹⁰ ROUSSO, H. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 18-26.

⁹¹ ROUSSO, H. *Le syndrome de Vichy*, op.cit., p. 18-19.

⁹² ROUSSO, Henry. Analyse de l'histoire. Analyse de l'historien. In: *Espaces Temps*, 80-81, 2002. Michel de Certeau, histoire/psychanalyse. Mises à l'épreuve. p. 130. « (...) où j'analyse l'évolution des représentations du passé de la guerre au moyen de la métaphore d'une névrose collective obsessionnelle » (tradução livre).

2. Conceitos freudianos e *Le syndrome de Vichy*

O interesse de Henry Rousso pela psicanálise surgiu no início dos anos 1980. Uma das razões da relevância dessa disciplina em suas pesquisas partiu de seus trabalhos sobre a memória. Ele não queria abdicar das teorias freudianas em pesquisas sobre memória, pois a psicanálise freudiana lhe foi útil para compreender melhor as relações entre o passado e o presente, historiadores e testemunhas, e mesmo para refletir sobre a subjetividade dos historiadores e a influência de suas experiências pessoais em relação aos assuntos por eles trabalhados. A psicanálise não foi importante apenas para *Le syndrome de Vichy*, mas o foi também em suas pesquisas que resultaram as obras *La hantise du passé*⁹³, *La dernière catastrophe*⁹⁴ e *Face au passé*⁹⁵.

O “dever de memória”, então, está inscrito na história da memória do regime de Vichy pelo caráter obsessivo da memória, consequência do luto inalcançado que resultou um passado que não passa. Não só Henry Rousso se refere a conceitos psicanalíticos, como, em muitos momentos, os utilizamos quase espontaneamente quando nos referimos à memória após a guerra. Os motivos da utilização da psicanálise freudiana como metáfora que ordena a narrativa e a análise histórica de Rousso foram, então, dados pelo próprio historiador. Mas será que, na sua obra, a interface com a psicanálise não passa de um recurso heurístico? Rousso não é o único historiador que se aproxima da psicanálise para trabalhar com a história do século XX, a maior parte dela classificada como traumática – no sentido psicanalítico de “trauma”.⁹⁶ Acredito que a operacionalidade dos conceitos ocorra porque a psicanálise possui uma temporalidade em que passado, presente e futuro não se sucedem em barreiras claramente delimitadas. Logo, essa é uma temporalidade que se aproxima daquela vivenciada pela sociedade francesa durante e após o regime de Vichy.

Como já mencionei, os principais conceitos da psicanálise que Henry Rousso importou para sua análise de *Le syndrome de Vichy* são: luto, recalque e obsessão. Este último compreende um período do qual os franceses ainda não teriam saído completamente. É notável

⁹³ ROUSSO, H; PETIT, P. *La hantise du passé*, op. cit, 1998, 143p.

⁹⁴ ROUSSO, Henry. *La dernière catastrophe: l’histoire, le présent, le contemporain*. Paris : Gallimard, 2012, 352p.

⁹⁵ ROUSSO, Henry. *Face au passé* op. cit.; Entrevista concedida por Henry Rousso a Carolina Rezende via e-mail, enviada em 19 de maio de 2017.

⁹⁶ Um bom exemplo de historiador que se vale da psicanálise para trabalhar com a história de Auschwitz e da memória do pós-guerra é Dominick LaCapra. Cf: LACAPRA, Dominick. *History and memory after Auschwitz*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1998, 214p.

como a organização temporal da narrativa de Rousso segue a progressão clínica desses sintomas. Quando o historiador justifica o aporte da psicanálise em sua obra alegando fazer um uso metafórico de seus conceitos, devemos entender que seria incorreto compreendermos ao pé da letra os fatos narrados como fenômenos meramente psíquicos.

Entretanto, por mais operantes que os conceitos da psicanálise possam ser em sua narrativa, Rousso enfrentou críticas daqueles que acreditavam que a psicanálise não seria aplicável a uma escala coletiva, como à sociedade francesa.⁹⁷ Para Rosemarie Scullion, enquanto na teoria de Freud sobre o inconsciente os traços da memória de traumas passados retornam involuntariamente, houve, na França, uma vontade consciente de contestar a política do esquecimento nos “anos obsessivos”. O esquecimento teria sido, para ela, uma política forjada desde o fim da Segunda Guerra através da construção da memória coletiva gaullista. O retorno do que foi recaiado, então, foi consciente e voluntário – diferentemente do que ocorreria com um indivíduo que vivenciou um evento traumático.⁹⁸ No argumento da autora, a abordagem de Rousso não é equiparável à de Freud porque o retorno do recaiado foi voluntário, fruto de uma luta contra uma política de esquecimento. Isso se diferencia do inconsciente de um indivíduo, que manifesta o trauma sem a pretensão de fazer submergir a lembrança traumática. Esse argumento, parece-me, demarca uma diferença entre o papel da psicanálise no âmbito do indivíduo e do coletivo, contestando a pertinência do emprego dos conceitos psicanalíticos para referir-se a uma sociedade.

Desse modo, os argumentos que consistem em relegar à psicanálise a análise em escala do indivíduo – enquanto a história se encarregaria do coletivo – colocam as esferas do particular e do comunitário em polos opostos. De fato, esse é um argumento que merece consideração. Entretanto, segundo Michel de Certeau, Freud invalidava qualquer demarcação rígida entre a psicologia individual e a coletiva. Para Freud, o sujeito é constituído a partir de sua vida social e de sua relação com o outro.⁹⁹ Rebatendo as supracitadas críticas feitas por historiadores que acreditam que Freud utilizava termos a-históricos e pecava por um certo determinismo biológico, Peter Gay também argumentou que Freud estava preocupado com as influências ambientais sobre o sujeito. Ou seja, há, em Freud, certas coisas que são inatas aos seres

⁹⁷ Entrevista concedida por Henry Rousso a Carolina Rezende via *e-mail*, enviada em 19 de maio de 2017.

⁹⁸ SCULLION, Rosemarie. Unforgettable: History, memory and the Vichy syndrome. Iowa: *Studies in 20th Century Literature*, vol. 23, Issue 1, 1999, pp. 11-12.

⁹⁹ DE CERTEAU, Michel. Psicanálise e história. In: DE CERTEAU, Michel. *História e psicanálise* : entre ciência e ficção. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011, pp. 75-76.

humanos, mas o mundo externo atua também sobre a constituição do sujeito.¹⁰⁰ Em textos de Freud, encontramos a educação e a moral entre as causas de recalques. Essas causas, portanto, são culturalmente variáveis. Por conseguinte, os recalques não são só produzidos por questões individuais ou biológicas.¹⁰¹ É possível inferir que as postulações de Freud consideravam o papel que a esfera coletiva desempenha sobre o indivíduo.

Portanto, a rejeição do corte entre uma psicologia individual e coletiva é um argumento favorável à psicanálise enquanto disciplina auxiliar de compreensão de fenômenos históricos. Afinal, um trauma pode configurar uma experiência coletiva sentida, por conseguinte, de maneira coletiva.¹⁰² Henry Rousso também justificou a coerência dos conceitos da psicanálise em seu trabalho. O trabalho de luto é perceptível na escala individual daqueles que perderam, por morte ou desaparecimento, pessoas próximas. Da mesma forma, é possível identificá-lo na escala nacional, já que, após a guerra, é preciso conciliar a vida coletiva com as feridas e ódios engendrados pelo conflito. Ademais, os conceitos como “luto” e “recalque” se tornaram termos vulgares, utilizados pelos próprios contemporâneos.¹⁰³ Podemos aqui retomar o que Marshall Sahlins elucubrou como os riscos das categorias na ação: os seres humanos se apropriam de conceitos *a priori* para classificar e tornar inteligíveis suas experiências. Entretanto, as “coisas” são sempre mais gerais do que os seus signos. Postos os conceitos em prática, seus significados

¹⁰⁰ GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p.35.

¹⁰¹ Por exemplo, sobre recalques da sexualidade infantil: “Avant l’époque de la puberté, sous l’influence de l’éducation, se produisent des refoulements très énergiques de certaine tendances ; et des puissances psychiques comme la honte, le dégoût, la morale, s’établissent en gardiennes pour contenir ce qui a été refoulé.» FREUD, Sigmund. *Cinq leçons de psychanalyse*. Traduction de l’Allemand par Yves Le Lay, 1921. Réimpression : Paris : Éditions Payot, 1965, p. 35. “Já antes da puberdade, sob o influxo de educação, certos impulsos são submetidos a repressões extremamente enérgicas, ao mesmo passo que surgem forças mentais — o pejo, a repugnância, a moral — que como sentinelas mantêm *os aludidos recalques*”. (Tradução da edição brasileira: FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1996. (Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud, 11). (Grifo meu: para essa versão brasileira de *Cinco lições da psicanálise* de Freud, sempre que houver o termo “repressão”, o substituirei por “recalque” por considerá-lo mais apropriado e mais próximo da tradução de *Verdrängung* para a língua francesa. Em francês, *refoulement*, como é empregado por Henry Rousso em *Le syndrome de Vichy*, está mais próximo de “recalque” do que de “repressão”).

¹⁰² Para Paul Ricœur, a relação fundamental da história com a violência justifica a transposição da psicanálise para o plano coletivo não de modo metafórico, mas direto. Dialogando com a filosofia hobbesiana da fundação do estado civil como consequência da renúncia do estado de natureza devido ao temor da morte violenta, Ricœur diz que não há comunidade humana que não tenha sido fundada sobre alguma experiência de guerra. Por conseguinte, são armazenadas na memória coletiva dos grupos sociais feridas que demandam cura. RICŒUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*, op. cit, p. 92. Embora eu tenha dificuldade empírica em concordar com essa afirmação, seria possível afirmar, em diálogo com Ricœur, que existem experiências traumáticas – considerando-as traumáticas, nesse caso, “ao pé da letra” – que atingem as pessoas de forma coletiva, gerando patologias de memória também coletivas.

¹⁰³ ROUSSO, Henry. Les usages politiques du passé : histoire et mémoire. In : PECHANSKI, D. ; POLLAK, M. ; ROUSSO, H. *Histoire politique et sciences sociales : questions au XXe siècle*. Paris : Éditions Complexe, 1991, pp. 257-258.

podem ser alterados para que correspondam à contingência das ações históricas, pois tais conceitos incorporam algum novo conteúdo empírico.¹⁰⁴ Assim, para Sahlins, a cultura é historicamente reproduzida e alterada na ação, pois as pessoas dão sentido a seus mundos a partir de compreensões pré-existentes de suas estruturas sociais. Os significados de suas compreensões são também reavaliados na prática frente às contingências históricas que se apresentam às comunidades humanas.¹⁰⁵ Por conseguinte, os conceitos psicanalíticos foram incorporados coletivamente para dar significado às experiências vividas em comum após as guerras do século XX. Mesmo que a psicanálise se refira a indivíduos, a empiria das experiências que ressignificam os conceitos justifica o correspondente uso deles por historiadores como Henry Rousso.

Embora a discussão sobre a coerência do empréstimo dos conceitos da psicanálise para o plano coletivo seja importante, acredito que a inteligibilidade que os conceitos da psicanálise são capazes de atingir revela ainda algo a mais. Essa ressignificação, capaz de explicar as experiências coletivas do pós-guerra e que torna os conceitos operantes, a meu ver, desvelam uma correspondência entre o tempo do trauma e da cura psicanalítica com aquele vivenciado pela sociedade francesa após a Segunda Guerra Mundial. Não acredito que isso seja mera coincidência, mas pode mesmo estar relacionado ao momento de surgimento da psicanálise e das reflexões sobre os traumatismos engendrados pelas guerras.

2.1 Traumas, recalques e neuroses em Freud

Em decorrência das experiências de guerras vividas no século XX, em 1980 a Associação Americana de Psiquiatria (APA) reconheceu oficialmente o Transtorno de Estresse Pós-traumático como uma categoria da medicina psicológica. A definição de 1980 classificou esse transtorno pela observação de sintomas resultantes de experiências não usuais vivenciadas em algum evento que causou grande sofrimento.¹⁰⁶ Paul Lerner e Mark Micale identificaram um “boom” do estudo do trauma nas ciências humanas após o reconhecimento do Transtorno

¹⁰⁴ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997, pp. 172-194.

¹⁰⁵ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*, op. cit., p. 7.

¹⁰⁶ LERNER, Paul; MICALE, Mark S. Trauma, psychiatry, and history : a conceptual and historiographical introduction. In: *Traumatic pasts: history, psychiatry, and trauma in the modern age, 1870-1930*. Cambridge: Cambridge University Press, pp. 01-02.

de Estresse Pós-traumático pela APA.¹⁰⁷ Não obstante a formalização do transtorno pela associação americana em 1980, as pesquisas sobre os traumatismos da guerra já eram recorrentes no início do século XX, após a Primeira Guerra Mundial, mobilizando médicos que influenciaram a criação da psicanálise, como Pierre Janet, Sándor Ferenczi, além do próprio Sigmund Freud.¹⁰⁸ Eles foram unânimes em considerar o trauma como um evento psíquico. Ademais, consideravam os sintomas apresentados pelos pacientes que viveram a guerra ligados às reminiscências das experiências vividas – e não como expressões meramente biológicas. Durante a análise, a fala (*parole*) do analisando ocupa um lugar privilegiado, pois a cura ocorre quando o sujeito reintegra o evento na temporalidade através de sua fala. Ou seja, a cura ocorre quando o doente, através da fala, reconhece o caráter inatual de sua experiência, remetendo-a ao passado.¹⁰⁹

De fato, para Freud, os histéricos sofrem de reminiscências. Os eventos dolorosos do passado permanecem na lembrança e, afetivamente, o sujeito doente se encontra preso a ela. Essas lembranças nem sempre se apresentam claramente na forma consciente, pois elas são *recalcadas*. O recalque não é o mesmo que o esquecimento, pois as ideias ou lembranças que causam sofrimento ao sujeito ficam latentes no inconsciente. Isso prova, para Freud, que existe uma *resistência*, ou uma força que impede que as lembranças se tornem conscientes. O consciente e o inconsciente, enquanto duas forças psíquicas, podem entrar em confronto. Para se defender deste confronto, as ideias ou lembranças dolorosas são substituídas, no estado consciente, por outras.¹¹⁰

Portanto, os *sintomas* são manifestações da ideia comutada pela lembrança patogênica recalcada. Também, no caso da vida hodierna, os atos falhos, lapsos e erros são expressões dos desejos e ideias recalcadas.¹¹¹ Para Freud, as ideias de eventos dolorosos recalcados são fixações afetivas de traumatismos patogênicos e essas são as características mais significativas da *neurose*. O sujeito doente não se liberta do passado e negligencia a realidade do presente.¹¹² Por conseguinte, os sintomas são manifestações de ideias que, por terem sido traumáticas, foram

¹⁰⁷ LERNER, P.; MICALE, M. *Trauma, psychiatry and history*, op. cit. p.02.

¹⁰⁸ Ver em: BERTRAND, Michèle. *Psychologie et psychanalyse devant les traumatismes de guerre*. *Champ psychosomatique*, 2002/4, n. 28, p. 97-112.

¹⁰⁹ BERTRAND, Michèle. *Psychologie et psychanalyse devant les traumatismes de guerre*, op. cit., p. 104.

¹¹⁰ FREUD, Sigmund. *Cinq leçons de psychanalyse*, op. cit., p. 16-21.

¹¹¹ FREUD, Sigmund. *Cinq leçons de psychanalyse*, op. cit., 44p.

¹¹² FREUD, Sigmund. *Cinq leçons de psychanalyse*, op. cit. p. 12.

recalcadas. Ao invés de reconhecer os eventos vividos como passado, eles permanecem presentes, latentes no inconsciente.

Desse modo, a psicanálise oferece respostas a distúrbios físicos que são sintomas, ou expressões, de uma memória que parece ferida após as experiências da guerra. Mesmo antes de Freud, no século XIX, médicos franceses, como Théodule-Armand Ribot, Albert Guillon e Eugène Azam, se debruçaram sobre as “doenças da memória” (*les maladies de la mémoire*). No século XIX, na França, foram abundantes os estudos acerca do “funcionamento” saudável do cérebro em relação à memória, num período em que a psiquiatria francesa se profissionalizava. De acordo com Michael S. Roth, a preocupação com a memória saudável no século XIX ocorreu não só como uma demanda de institucionalização da psiquiatria, como também revela um período de aceleração da história, inscrita na era da ideologia do progresso, e do consequente desaparecimento da sociedade tradicional.¹¹³ Assim, para Roth, a incorporação dos estudos sobre o funcionamento da memória na medicina ou nas ciências durante o século XIX indicam qual a relação entre passado e presente que os franceses consideravam normal.¹¹⁴

Esses médicos e psicólogos estudaram casos que configuravam as doenças que eles conceituaram como “amnésia” e “hiperamnésia”. Essas doenças se referiam a pacientes que apresentavam ou um *déficit*, ou um excesso de memória. Assim, a interação entre lembrança e esquecimento era considerada saudável se houvesse uma harmonia entre a memória e a vida do sujeito. Os casos de hiperamnésia estudados por Guillon demonstravam pacientes que não tinham apenas uma “boa memória”. Um deles, por exemplo, o Monsieur X, sabia recitar o nome de todas as estações ferroviárias de todos os continentes. Porém, esse conhecimento não demonstrava uma alta capacidade de sua memória, mas sim que sua vida estava desequilibrada. A “cultivação” dessa lembrança de Monsieur X manifestou uma certa fixação quanto à sua capacidade de recitar de cor os nomes das estações, levando-o a passar noites sem dormir, ao isolamento social e a uma incapacidade de raciocínio espontâneo – como diagnosticou Guillon. Destarte, a memória em demasia de Monsieur X se tornou um agente de desordem para sua vida no presente.¹¹⁵ Já os casos de amnésia, estudados por Ribot, eram associados também a uma enfermidade da consciência. Esse distúrbio era visto por ele como um mal funcionamento

¹¹³ ROTH, M. S. *Memory, trauma, and history: essays on living with the past*. New York: Columbia University Press, 2012.

¹¹⁴ ROTH, M. S. *Memory, trauma, and history*, op. cit, p. 03-05.

¹¹⁵ ROTH, M. S. *Memory, trauma, and history*, op. cit, p. 13-17.

da habilidade de assimilar e ligar as ações do sujeito ao passado. Assim, Ribot compreendia que o cérebro não era capaz de inscrever o evento vivido na mente. Por conseguinte, a falta de memória resultava também na falta de consciência, considerando que os psicólogos do século XIX – ou mesmo por filósofos modernos como John Locke¹¹⁶ – supunham que a consciência seria a continuidade das experiências passadas e presentes, constituintes de uma identidade pessoal.¹¹⁷

Os diagnósticos das doenças da memória acompanharam a conceituação do que seria, em contrapartida, uma memória normal e saudável. Uma memória saudável, então, admitiria uma parcela de esquecimento, mas seria capaz de dar ordem ao presente ligando-o ao passado, de forma a assinalar futuros possíveis na vida do sujeito.¹¹⁸ Para Roth, os parâmetros de uma memória saudável ou doente baseados no quanto era considerável saudável se lembrar e quanto dever-se-ia esquecer não eram dados naturais, mas sim uma compreensão cultural da experiência temporal. Ou seja, a conceituação de uma memória normal e saudável foi feita a partir da compreensão de quanto passado na vida presente era apropriado para uma vida saudável.¹¹⁹ A forma como essa conceituação foi feita pelos médicos e psiquiatras franceses do fim do século XIX demonstra qual era a relação culturalmente aceita entre passado, presente e futuro nessas sociedades.¹²⁰

Concordando com Roth, acredito que a relação temporal engendrada pelos conceitos da psicanálise não deva ser compreendida pelo olhar biológico e determinista. Como de modo

¹¹⁶ Em *Ensaio sobre o entendimento humano*, John Locke postulou, na esteira de Descartes, que a consciência é inseparável do pensamento. Entretanto, Locke diverge de Descartes acerca do que é o “eu”, compreendido pela filosofia cartesiana como uma coisa que pensa. Locke definiu a identidade pessoal como uma unidade da consciência, que é o que faz com que um homem seja ele próprio perante a si mesmo. O que, então, nos torna um sujeito, ou esse “eu”, é, para Locke, a consciência de nossas ações. Para ele, “(...) a consciência (...) reúne existências e ações muito distantes no tempo numa mesma pessoa (...)”. LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999, p. 451. Portanto, a consciência de todas as partes que constitui uma matéria, incluindo as ações presentes e passadas reunidas numa mesma pessoa, é o que define o “eu” para Locke. Não tenho propriedade para afirmar que os psiquiatras do século XIX, como Ribot, assumiam uma posição filosófica lockeana. Todavia, é importante ressaltar que os debates filosóficos acerca do sujeito, dos quais decorrem as elaborações filosóficas sobre consciência e identidade, são recorrentes na filosofia moderna. Esses debates influenciaram nossa compreensão sobre esse assunto, o que subsidia minha hipótese de que a compreensão da psiquiatria francesa do século XIX de identidade pessoal enquanto continuidade de experiências passadas e presentes possa ser reflexo da influência que essas filosofias exerceram no pensamento ocidental.

¹¹⁷ ROTH, M. S. *Memory, trauma, and history*, op. cit, p. 08-10.

¹¹⁸ ROTH, M. S. *Memory, trauma, and history*, op. cit, p. 17.

¹¹⁹ ROTH, Michael S. *Memory, trauma, and history*, op. cit., p. 21

¹²⁰ ROTH, Michael S. *Memory, trauma, and history*, op. cit, p. 3-22.

admirável nos mostrou a etnografia de Marshall Sahlins,¹²¹ sociedades diversas estabelecem relações diversas com as categorias de passado, presente e futuro. Logo, o entendimento de qual relação temporal é saudável em nossas vidas é mediado por nossas estruturas sociais, que revelam também um determinado modo de integração entre as categorias temporais considerado normal em nossa sociedade. Assim como a psicanálise surge num contexto de aceleração e mudança da experiência temporal da sociedade ocidental, considero que a forma como Henry Rousso empregou os conceitos da psicanálise em *Le syndrome de Vichy* revela também suas expectativas quanto à relação saudável que a sociedade francesa deveria estabelecer no presente com seu passado. Essa expectativa pode estar relacionada a um período de mudança de regime de historicidade: de um tempo moderno e progressivo, a sociedade francesa cada vez mais vê seu passado escapar de vista em detrimento do presente. A experiência temporal, então, se aproximaria mais ao tempo do trauma do que ao tempo do progresso.

2.2 Uso dos conceitos em *Le syndrome de Vichy*

A partir da psicanálise freudiana, Henry Rousso compara o que ele chama de “síndrome de Vichy” à neurose. O uso que ele faz dos conceitos da psicanálise não é meramente vulgar. Existe uma correspondência plausível entre as fases da síndrome e os conceitos elaborados por Freud. A síndrome é composta por manifestações de memória que aparecem em quatro fases. A primeira, de 1944 a 1954, é a fase do luto não alcançado (*le deuil inachevé*). Esse momento é marcado pela dificuldade em superar o trauma. Os discursos do general De Gaulle buscaram construir uma memória sobre a Ocupação baseada no mito do resistencialismo. De Gaulle, fazendo um apelo à unidade nacional, moldou a imagem do povo *em resistência*. Por conseguinte, a Resistência tornou-se o símbolo de pertencimento à nacionalidade francesa, sendo o povo francês aquele que derrotou os ocupantes nazistas. Consequentemente, De Gaulle alterou a representação da Ocupação enquanto derrota dos franceses e tornou a Liberação o símbolo da força da França unida, obliterando episódios traumáticos dos *années noires*.¹²²

Da mesma forma como De Gaulle buscou construir uma memória coletiva que buscava um tipo de união, ele produziu esquecimentos. Após a Segunda Guerra, a política

¹²¹ SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*, op.cit.

¹²² ROUSSO, H. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 29-76.

colaboracionista do Estado francês foi *recalcada* em proveito do que Johann Michel chamou de “*souvenirs-écrans*” construídos a partir do mito do resistencialismo: a Colaboração seria relegada à atitude de uma parte pequena da elite francesa, enquanto o povo francês teria sido, na verdade, fundamentalmente resistente. Os eventos traumáticos e de grande carga emocional, então, foram recalcados não apenas voluntariamente, mas também pela produção de uma memória coletiva oficial empreendida por atores públicos – como De Gaulle.¹²³ Em outras palavras, o mito resistencialista foi aquilo que, de acordo com a metáfora psicanalítica, teria substituído uma lembrança incômoda. O sucesso dessa tentativa de construir a unidade nacional entre os franceses não durou muito tempo devido às contradições políticas indissolúveis que existiam entre resistentes, gaullistas e figuras da direita política, que colaboraram ou não com o regime de Vichy e que foram expurgados da vida pública. Portanto, nem o luto foi alcançado, nem as comemorações ou a justiça foram capazes de liquidar as sequelas do regime. Enfim, a memória oficial se mostrou incapaz de unificar as várias memórias sobre o período. O mito fundador da Resistência provou, segundo Rousso, ser uma das tensões da síndrome.¹²⁴

Em Freud – como é presente em seu “Rememoração, repetição, perlaboração” – o trabalho da memória ou de rememoração (*Erinnerungsarbeit*) faz parte do trabalho do luto. Por “trabalho”, Freud revela o caráter dinâmico da cura psicanalítica, pois é imprescindível que o analisando colabore com esse trabalho. Em *Le syndrome de Vichy*, Rousso parece alegar que a sociedade francesa não realizou o trabalho de rememoração e de luto, já que, ao invés de lidar com os eventos traumáticos, ela substituiu (recalcou) a ideia dolorosa por outra. Por conseguinte, o segundo período da narrativa de Rousso é marcado pelo recalque após a fase do luto inalcançado, durando de 1954 a 1971. Menos que recalcar o passado em sua totalidade, tratou-se de um esquecimento que selecionou apenas os eventos indesejáveis à memória coletiva, operando numa tentativa de “reestabelecer” a unidade nacional. Nesta etapa da síndrome, foram concedidas anistias como uma maneira de liquidar as sequelas da Ocupação e de reparar, segundo os partidários da anistia, as injustiças dos expurgos. Os debates em torno da anistia foram parte de certa efervescência política, mas as sequelas da Ocupação apareciam de maneira cada vez menos frequentemente nesse período.

¹²³ MICHEL, Johann. Peut-on parler d'une politique de l'oubli ? Publié sur le *site de l'Atelier international des usages publics du passé*, 02-04, 10 mar. 2011, p.04.

¹²⁴ ROUSSO, H. *Le syndrome de Vichy*, op. cit, p. 76-76.

Durante essa fase, aprofundou-se a guerra na Argélia – que encarnou o passado de Vichy na luta política – e as cinzas do resistente Jean Moulin foram transferidas para o Panteão da República.¹²⁵ O recálque dos anos 1960, portanto, construiu a lembrança dos resistentes sob a luz do gaullismo, sendo essa uma característica do pertencimento à *France éternelle*. Essa visão não apagou rancores, mas fez sombra a aspectos traumáticos da Colaboração e anti-semitismo franceses.

Em seguida, de 1971 a 1974, a fase que marcou a evolução da síndrome é a do esfacelamento dos mitos, chamada por Roussó de um “espelho despedaçado” (*miroir brisé*). Três acontecimentos são importantes para essa fase: as manifestações de maio de 1968, a saída de De Gaulle da cena pública em 1969 e a sua morte em setembro de 1970. Maio de 1968 significou uma reviravolta quanto à visão da Ocupação. Célebre pelas lutas estudantis – que assinalaram também uma mudança geracional de atores políticos – havia referências ao passado quando os estudantes envolvidos nas manifestações se julgavam os herdeiros da Resistência. Entretanto, o passado não teve um papel central nas disputas políticas como antes, mas foi ressignificado de acordo com as lutas políticas do presente. Essa, então, não foi a geração que se refugiou na ideia de “honra inventada” pelo mito gaullista de Resistência.¹²⁶ Logo, o regime de Vichy foi interpretado de outro modo, sendo uma referência de identidade, mas reinventada numa luta política de uma geração que não viveu Vichy.

Já a saída da vida pública e, depois, a morte de De Gaulle renderam à opinião pública, de repente, uma imagem desordenada desse passado. Junto a esses acontecimentos, na década de 1970, Roussó alegou que houve uma onda *vintage* dos anos 1940, tanto na política quanto em representações estéticas. Com a estreia do documentário *Le chagrin e la pitié*, os franceses assistiram a outra realidade, diferente da sustentada pelo mito da Resistência gaullista. A testemunha passou a ter um papel central na narrativa e as imagens apresentaram uma realidade dura da Ocupação e do antissemitismo francês. Existia, portanto, uma contradição entre duas verdades: a do passado que se apresentava e a da lembrança.¹²⁷ O documentário corroborou um espírito de desmistificação da imagem gaullista sobre o passado da Ocupação e foi terreno para a próxima fase, a de *obsessão*, a partir de 1974.

¹²⁵ ROUSSO, H. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 115.

¹²⁶ ROUSSO, H. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 118-120.

¹²⁷ ROUSSO, H. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 122.

Essa é uma fase de obsessão da memória judaica e da memória no âmbito político. Surgem associações, como o *Conseil représentatif des institutions juives de France* (CRIF) que reivindicavam que o tempo da lembrança sucedesse o tempo do esquecimento.¹²⁸ Assim, a sociedade judaica foi impelida a operar um retorno aos anos 1940. Nesse momento, houve também condenações de colaboracionistas e nazistas que atuaram na França, como o caso Jean Languay, Touvier, Darquier, Bousquet e Papon, cinco homens que ressurgiram do passado, sendo quatro deles funcionários do Estado francês, engajados, em graus diferentes, no regime de Vichy e no processo da Solução Final.¹²⁹ A esse contexto, soma-se o surgimento do negacionismo, movimento conhecido pela disseminação de mentiras inauguradas pelos próprios nazistas e desenvolvida por seus partidários quanto à Shoah.

Assim, a responsabilidade de Vichy no genocídio da população judaica e o antissemitismo francês não apareceram mais como revelações, mas agora como fatos consolidados.¹³⁰ Deu-se, nesse momento, a aparição da justiça como uma instituição que influenciou a memória coletiva. Ao contrário da anistia, a noção de crimes contra a humanidade cristalizou as reminiscências dos crimes ao julgar e condenar atores como criminosos. Como pontua Roussio, “o exercício de uma justiça sem prescrição abole o tempo”.¹³¹ Sobre isso, Roussio também dedicou parte de seu *Vichy, un passé qui ne passe pas*, observando que a justiça se tornou uma atriz essencial na questão da memória da Ocupação.¹³² Como ocorreu no processo de Paul Touvier, muitas vezes as exigências da memória, reivindicada em grande parte pela geração posterior à que viveu o regime de Vichy, suplantaram a verdade histórica em nome de uma justiça que se colocou em prontidão às políticas memoriais deste período obsessivo.¹³³ No espaço político, as lembranças de Vichy, desmistificadas e escancarado o antissemitismo e colaboracionismo franceses, deixaram de causar apenas cócegas. O passado dos políticos, inclusive se viveram ou não o regime, passou a ser importante moeda política. Ainda, surgiu uma extrema-direita entre 1970 e 1980 à sombra do Marechal Pétain, que, ainda que se tivessem

¹²⁸ ROUSSIO, H. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 163.

¹²⁹ ROUSSIO, H. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 172-175.

¹³⁰ ROUSSIO, H. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 184.

¹³¹ ROUSSIO, H. *Le syndrome de Vichy*, op. cit., p. 186. “L’exercice d’une justice sans prescription abolit le temps”. (tradução livre).

¹³² ROUSSIO, H. *Vichy, un passé qui ne passe pas*, op. cit., p. 111.

¹³³ Para mais detalhes sobre o processo Touvier analisado por Roussio, ver o capítulo 2 em: ROUSSIO, H. *Vichy, un passé qui ne passe pas*, op. cit., p. 109-172.

se posicionado como “centro-direita”, tem suas referências e valores numa tradição que remonta os anos 1934-1944.¹³⁴

2.3 A continuidade da obsessão

Após *Le syndrome de Vichy*, Henry Rousso continuou, com Éric Conan, sua reflexão sobre esse período de obsessão, marcado pelo topos do dever de memória, em *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Este momento da síndrome talvez não tenha ainda passado. Durante as eleições presidenciais francesas em 2017, mais uma vez Vichy surgiu à tona. Marine Le Pen foi candidata pelo *Front National*, partido de extrema-direita herdeiro de personagens políticos ligados ao Marechal Pétain e a polêmicas negacionistas. Numa declaração em 9 de abril, Le Pen afirmou que a França não foi responsável pela *rafle* do Vel’ d’Hiv’. Segundo ela, os responsáveis teriam sido as pessoas no poder naquele momento. A polêmica se insere no debate traçado no período de obsessão sobre a responsabilidade dos franceses quanto às políticas antissemitas, que demonstraram a França não como uma colaboracionista do *Reich*. Ao contrário, a França teria apresentado um projeto de perseguição aos judeus, ao qual população e Estado se inseriram – e não apenas dirigentes do governo. Em 1995, Jacques Chirac reconheceu a responsabilidade do Estado francês. Em relação à fala de Marine Le Pen, Henry Rousso afirmou que o regime de Vichy deve ser entendido de forma estrutural quanto à representação do passado na França. Embora haja indícios da França ainda viver um período de obsessão, hoje existe um certo consenso em condenar o regime de Vichy, salvo numa parcela minoritária da sociedade.¹³⁵

Se continuarmos nossa reflexão sobre a relação dos franceses com seu passado recente de acordo com a metáfora psicanalítica, essa fase de obsessão seria um sintoma de um país que ainda não lidou com seu passado. A memória, portanto, permanece ferida, dentro dessa lógica. Durante o processo de cura dos sintomas pela psicanálise, primeiramente o analista esbarra nas já referidas resistências, que são obstáculos para a interpretação das lembranças traumáticas

¹³⁴ ROUSSO, H. *Le syndrome de Vichy*, op. cit, p.194-248.

¹³⁵ Entrevista concedida por Henry Rousso a Carolina Rezende via *e-mail*, enviada em 19 de maio de 2017. Ver também: ROUSSO, Henry. *Après la déclaration de Marine Le Pen sur le Vel’d’Hiv’, quelle responsabilité de la France et des Français sous l’Occupation : peut-on imputer cette politique à « la France » Celle-ci était-elle à Vichy ou à Londres ?* *Huffington Post France*, Paris, 11 abr. 2017.

que estão recalçadas.¹³⁶ Como vimos em Ricœur, “o trabalho de luto é o caminho obrigatório do trabalho de lembrança”¹³⁷, pois o luto é a reação ao objeto perdido. Assim, o trabalho de rememoração deve romper a barreira de resistência que impede que a lembrança se torne consciente. Por conseguinte, esse objeto deixa de ser recalçado e pode ser trabalhado através da rememoração.¹³⁸ Portanto, a cura psicanalítica se encarrega de conciliar o sujeito a esse objeto que lhe causou sofrimento.

A obsessão, marcada como a última fase da síndrome de Vichy, não é ainda o trabalho de lembrança porque ela configura uma repetição, que continua a recalcar ideias dolorosas e impedir o trabalho de luto. As repetições, no âmbito da psicanálise, são contrárias à *perlaboração*, ou seja, ao trabalho de memória.¹³⁹ Logo, o trabalho de luto e de rememoração é o processo da cura psicanalítica que gera uma memória apaziguada. Esse processo não faz com que o sujeito se esqueça do evento traumático, mas permite que ele possa lembrá-lo à distância, sem os mesmos sentimentos que eram suscitados ao torná-lo consciente. Caso permaneçam inconscientes, essas lembranças não causam mais, após a cura, os mesmos efeitos físicos decorrentes da substituição e da repetição das lembranças recalçadas. Tampouco, após a cura psicanalítica, a resistência do recalque, que impede que a lembrança seja consciente, continua existindo. Ou seja: o trabalho de luto, ao renunciar à libido, coloca essa lembrança traumática, ou o objeto perdido, no passado em que ele ocorreu. Ora, não é essa a função da história que Rousso e os historiadores do tempo presente alegam existir em contraposição ao topos do dever de memória? Não seria, então, o papel da história remeter o evento traumático ao passado, de modo distanciado e descolado de elos afetivos e sentimentais, como é o caso do elo da memória com o passado? Portanto, para Rousso, a obsessão com a memória do regime de Vichy, traduzida pelo topos do dever de memória, demonstra que a sociedade francesa ainda não teria feito através do luto com que seu passado, enfim, passasse.

¹³⁶ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*, op. cit., p. 84-85.

¹³⁷ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*, op. cit., p. 91.

¹³⁸ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*, op. cit., p. 82-91.

¹³⁹ RICOEUR, P. *A memória, a história, o esquecimento*, op. cit., p. 456-457.

3. Tempo, psicanálise e a síndrome

Seria correto, então, afirmarmos que o tempo da história é semelhante ao tempo do trabalho de luto da psicanálise? De acordo com Michel de Certeau, a psicanálise e a história lidam com o *espaço da memória*, mas percebem de maneira diferente a relação entre o passado e o presente. A história percebe um *ao lado* do outro, ou seja, num modelo de correlação, sucessão, efeito. Já a psicanálise verifica um *no* outro, buscando as repetições, imbricações e o equívoco.¹⁴⁰ A historiadora Joan Scott concorda com Certeau quanto à diferença do tempo da psicanálise e da história. Ambas disciplinas lidam com problemas parecidos, como, por exemplo, com a questão da interpretação. Tanto o historiador quanto o psicanalista significam os fatos pretéritos através da interpretação. Entretanto, para a história, compreende-se a existência de um processo racional interpretativo que atribui diferentes significados a fatos consolidados. Já a psicanálise, como é evidente pelo conceito *Nachträglichkeit* de Freud, indica que os significados são adquiridos retrospectivamente, após findado o evento – como fica explícito pela tradução francesa desse conceito como *après-coup*.¹⁴¹

Desse modo, de acordo com Scott, a significação do passado pelos historiadores seria expressa em narrativas lineares, possuidoras de uma cronologia mais ou menos coerente em que os fatos do passado se sucedem. Já a temporalidade que opera na análise psicanalítica contém mais de um registro temporal. Como ressalva Scott, para Freud, não é o passado que assombra o presente: são os tempos objetivos de passado e presente que não têm barreiras distinguíveis *per se*, pois o tempo é uma construção subjetiva e complexa.¹⁴² Assim, para Scott, é a incomensurabilidade da história e da psicanálise, que se expressa pelas diferentes temporalidades, que torna frutuosa a interdisciplinaridade que história e psicanálise podem oferecer àqueles que buscam significar o passado.¹⁴³

¹⁴⁰ DE CERTEAU, Michel. História e psicanálise, op. cit., p. 73.

¹⁴¹ As traduções de *Nachträglichkeit* para a língua francesa, como *après-coup*, e para a língua inglesa, como *deferred action*, implicam diferentes compreensões dos vetores temporais desse conceito nas culturas psicanalíticas dos falantes dessas línguas. Para Gerhard Dahl, enquanto *deferred action* nos leva à interpretação de que o presente é explicado pelo passado, a tradução *après-coup* compreende que o presente é que confere significado ao passado depois que o evento ocorreu na vida do sujeito. Essas traduções divergentes, para Dahl, ocasionam a separação dos dois vetores temporais que, para Freud, não estariam necessariamente desmembrados. DAHL, Gerhard. Os dois vetores temporais de *Nachträglichkeit* no desenvolvimento da organização do ego: a importância do conceito para a simbolização dos traumas e ansiedades sem nome. São Paulo, *Jornal de psicanálise*, v. 44, n. 80, 2011, p. 95–111.

¹⁴² SCOTT, Joan W. The incommensurability of psychoanalysis and history. *History and Theory* 51, fev. 2012, p. 67.

¹⁴³ SCOTT, Joan W. The incommensurability of psychoanalysis and history, op. cit, p. 63-83.

Já para o historiador François Dosse, é possível estabelecer uma relação entre a performatividade da operação historiográfica e a prática da cura psicanalítica. Ambas disciplinas lidam com a perda, ou com a ausência.¹⁴⁴ Como Rousso demonstrou em *Le syndrome de Vichy*, as patologias de memória foram suscitadas pela não-realização do trabalho de luto. Assim, a escrita da história, como fez Rousso, exorcizaria a morte através de seu discurso, ao mesmo tempo em que tem uma função simbólica por permitir, através desse discurso, que as sociedades se situem no tempo.¹⁴⁵ Desse modo, a escrita da história se assemelharia à produção de sentido do *après-coup* – diferentemente do entendimento de Joan Scott quanto às temporalidades da psicanálise e da operação historiográfica. A história, de acordo com Dosse, buscaria desvendar o enigma do acesso ao real: o historiador trabalha com sentidos diversos sedimentos na “profundidade” do passado. O real, ao mesmo tempo em que é ausente, existe no presente, pois os eventos pretéritos são reconfigurados ao longo do tempo, passando por metamorfoses. Essa busca do real e de significação dos eventos pretéritos em meio aos sedimentos que se encontram na superfície presente se assemelharia, de acordo com Dosse, à produção do sentido no *après-coup*.¹⁴⁶

O *après-coup*, como notou Dosse, é um fenômeno que intervém ulteriormente e revela a não linearidade da memória, tanto individual quanto coletiva.¹⁴⁷ Portanto, a produção de sentido, realizada através do trabalho de memória, não é apenas ligada ao evento em si, mas sim às diversas formas como o evento se inscreve no tempo. Por conseguinte, o *après-coup* torna o passado inteligível posteriormente, em acordo à concepção heterocrônica do tempo psicanalítico.

1. Heterocronia, história e psicanálise

Do mesmo modo como ocorre durante a análise da psicanálise, Dosse alega que é possível aproximar essa característica de uma cura psicanalítica à hermenêutica da operação historiográfica, que considera a distância do passado como uma condição que melhor possibilita o conhecimento do passado. Também, na psicanálise, a distância entre o evento e o presente em que o analisando realiza o trabalho de memória pode ser melhor para que se produza sentido

¹⁴⁴ DOSSE, François. Histoire et psychanalyse. In : DELACROIX, C. DOSSE, F. GARCIA, P. OFFENSTADT, N. (dir.). *Historiographies : concepts et débats I*. Paris : Éditions Gallimard, 2010, p. 353.

¹⁴⁵ DOSSE, François. Histoire et psychanalyse, op. cit., p. 352.

¹⁴⁶ DOSSE, François. Histoire et psychanalyse, op. cit., p. 352.

¹⁴⁷ DOSSE, François. Histoire et psychanalyse, op. cit., p. 353.

sobre esse evento no *après-coup*. De acordo com Dosse, “[a] pluralização dos regimes de historicidade, que substituiu recentemente uma visão linear do tempo histórico de acordo com as diversas formas de cronosofias, vem ao encontro da concepção de Freud da ‘heterocronia’ do psiquismo humano.”¹⁴⁸

Embora ainda haja a concepção do tempo da história, enquanto disciplina, como linear, como alega Scott, os historiadores franceses do tempo presente, como vimos, declaram uma mudança da experiência do tempo. Essa mudança refletiria também uma alteração do tempo da história. Mesmo Henry Rousso rebateu o argumento de Certeau quanto às diferenças de percepção do tempo da história e da psicanálise ao afirmar que hoje não são todos os historiadores que lidam com a história de forma linear, operando com uma separação nítida entre passado e presente. De acordo com ele, os trabalhos sobre história da memória e de duração do presente corroboraram a crítica à linearidade do tempo histórico.¹⁴⁹

Acredito que a mudança da experiência temporal da sociedade ocidental seja exatamente o que torna os conceitos da psicanálise operativos para explicar os fenômenos mundiais do pós-guerra. Para Rousso, o topos do dever de memória na França evidencia uma sociedade “entre dois tempos” – como vimos com Hartog – que reivindica constantemente a atualidade de seu passado no presente para que ele não lhe escape. Assim, o passado parece não passar. Se essa relação com o passado difere de uma temporalidade linear, o historiador do tempo presente deve buscar outras formas de explicar essa experiência.

Como ressalva André Green, Freud nunca sistematizou num trabalho só a temporalidade de sua psicanálise.¹⁵⁰ Essa temporalidade, explorada por André Green em seu *Le temps éclaté*, é desenvolvida ao longo de toda sua obra, revelando várias temporalidades. Há, por exemplo, uma temporalidade do recalque, dos sonhos, do inconsciente... Pelo trauma, compreende-se

¹⁴⁸ “La pluralisation des régimes d’historicités, qui s’est substituée récemment à une vision linéaire du temps historique selon les diverses formes de chronosophies, rejoint la prise en compte par Freud de ‘l’hétérochronie’ du psychisme humain” (Tradução livre). DOSSE, François. Histoire et psychanalyse. In : DELACROIX, C. DOSSE, F. GARCIA, P. OFFENSTADT, N. (dir.). *Historiographies : concepts et débats I*. Paris : Éditions Gallimard, 2010, p. 354.

¹⁴⁹ ROUSSO, H. *Analyse de l’histoire. Analyse de l’histoiren*. op.cit, p. 132. Há trabalhos recentes de historiadores que trabalham com memória e trauma e que criticam a concepção linear de tempo histórico, i.e., BEVERNAGE, Berber. *Memory, History, and State-sponsored Violence: time and justice*. New York & London: Routledge, 2012, 205p.; HARTOG, François. *Regimes de historicidade*, op. cit, 267p.; LORENZ, Chris. Blurred Lines: History, Memory and the Experience of Time. *International Journal for History, Culture and Modernity*, Amsterdam n.01, vol.02, 2014, p. 07-28.

¹⁵⁰ GREEN, André. From the ignorance of time to the murder of time. From the murder of time to the misrecognition of temporality in psychoanalysis. In: F FIORINI, L. G.; CANESTRI, J. (eds.). *The experience of time: psychoanalytic perspectives*. London: Karnac Books, 2009, p. 1.

uma temporalidade cujo passado parece preso ao presente por se fazer sentir presente.¹⁵¹ Como vimos, a sensação de um passado que não passa engendrada pelo trauma ocorre porque o evento doloroso passado é sentido de forma presente. A cura psicanalítica, portanto, não intenta apagar o passado, mas, sim, fazer com que o paciente traumatizado lide com esse passado de modo apaziguado, identificando o evento como algo que ocorreu no pretérito.

Portanto, a temporalidade da psicanálise, que não compreende barreiras definidas entre as categorias temporais, torna inteligível as experiências temporais cujo passado, ao mesmo tempo em que parece escapar do presente, parece não passar. O futuro, não mais entendido como promessa gestada no presente, é um tempo temido: hoje, sentimos que nosso futuro será resultado das ações presentes de modo que, se repetirmos os mesmos erros cometidos durante o século XX, podemos colher um futuro violento e traumático como de outrora. Por isso, também, há nos tempos atuais a evocação da eterna vigilância no presente através da lembrança dessas atrocidades passadas. Não mais agimos preparando terreno para um futuro do progresso, mas agimos com medo do futuro. Assim, não era o passado que daria luz ao futuro, mas, para Freud, o futuro é que estaria “grávido” do passado.¹⁵² Por conseguinte, a psicanálise freudiana, como uma disciplina que lida fundamentalmente com a relação entre o presente e o passado de seus analisandos, tem em comum com historiadores como Henry Rousso a temporalidade como objeto privilegiado de estudo.

De fato, para Michael S. Roth, a psicanálise freudiana é melhor entendida se for lida como uma teoria da história. Para Roth, existe uma consciência histórica em Freud, pois sua concepção de presente compreende camadas de passado. Isto é, os sintomas apresentados por seus pacientes eram entendidos por Freud como consequência de seu passado. Como mostra Roth, diferentemente de Peter Kramer, que considerava o passado do paciente irrelevante para sua cura, pois lhe importaria apenas os sintomas apresentados no presente, a cura psicanalítica promovida por Freud consistia em curar o passado desse paciente. Logo, a interpretação que Freud promovia pela transferência visava a dar sentido ao passado doloroso de modo que seu paciente pudesse ser capaz de viver com ele. Não se trata, por conseguinte, de negar o passado, ou mesmo de apagá-lo, mas sim de ressignificá-lo, conciliando o enfermo com sua memória. Roth conclui que a psicanálise é relevante ainda por nosso passado permanecer relevante. Assim, enquanto o pretérito for essencial para dar significado e direção para as nossas vidas, a

¹⁵¹ GREEN, A. *Le temps éclaté*. Paris: Editions de Minuit, 2000.

¹⁵² SCOTT, Joan. The incommensurability of psychoanalysis and history, op. cit, p. 67.

psicanálise também será importante, pois o desejo que temos pelo passado é o desejo de o ligarmos ao nosso presente.¹⁵³

3.2 A cura e o passado

Mais do que a discussão sobre a escala coletiva ou individual, considero central a correlação entre os tempos da psicanálise e dos fenômenos que a história do tempo presente se apoia. Assumindo que a temporalidade da psicanálise é essa de que fala Certeau, e que sentimos o tempo sem barreiras definidas entre passado, presente e futuro, então os conceitos freudianos podem ser tomados como guias para compreendermos a relação entre os tempos e os eventos traumáticos. Para Freud, um evento traumático tem esse valor quando a experiência vivida causa uma excitação grande na psique de um indivíduo, que encontra dificuldades para lidar com ela de modo normal. Freud representa o trauma pela figura orgânica da “vesícula viva”, que resguarda excitações internas por meio de uma capa protetora. Quando essa capa é rompida ou fraturada, não são controladas as quantidades toleráveis pelo corpo de excitação. O trauma, então, é o fenômeno psíquico que demonstra que o sujeito não consegue lidar de modo normal com esse evento passado que lhe causou uma grande excitação. Esse evento, durante o período de criação da psicanálise, foi entendido como um acontecimento pessoal da história do sujeito. Ele tem uma importância subjetiva que desencadeia efeitos penosos para o funcionamento normal de sua vida.¹⁵⁴

Quando Freud analisou clinicamente em seus pacientes a recorrência desses eventos em sonhos, ele concluiu que existe uma compulsão pela repetição dos acontecimentos no subconsciente porque sua psique tenta lidar com esse evento, sem conseguir. Os pacientes desejam mudanças em seu presente, mas não as conseguem por causa de sua história.¹⁵⁵ Existe uma predisposição (*Empfänglichkeit*) do sujeito para que ele não saiba como lidar com esse acontecimento que lhe impede de ter uma reação adequada ao que para ele não é normal. Portanto, para que exista o princípio do prazer, é preciso que haja certas condições, que são abolidas pela ação do trauma e sem as quais a vida do indivíduo se torna conflituosa.¹⁵⁶

¹⁵³ ROTH, Michael S. *Psychoanalysis and history*, op. cit, p. S19–S33.

¹⁵⁴ LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2004, p. 447-448.

¹⁵⁵ ROTH, M. S. *Psychoanalysis and history*, op. cit, p. S32, 2016.

¹⁵⁶ LAPLANCHE, J.; PONTALIS, J.-B, *Vocabulário da psicanálise*, op. cit, p. 447-451.

Em *Le syndrome de Vichy*, podemos afirmar que o regime de 1940 causou uma grande excitação na sociedade que não soube como reagir imediatamente ao evento. Como já vimos, a cura psicanalítica consiste em conciliar o sujeito com o passado através do trabalho do luto. É, então, o trabalho do luto o que desprende o sujeito doente do objeto perdido, retirando-o, então, de seu presente. O luto, portanto, encerraria o passado. Por conseguinte, por mais que críticas quanto à pertinência da análise coletiva através da psicanálise possam ser acatadas, é evidente a correspondência entre o tempo da psicanálise e do trauma e as manifestações recorrentes de eventos passados na sociedade francesa, como observamos em *Le Syndrome de Vichy*. O trauma, por ser uma patologia da memória que se manifesta por sintomas que revelam a existência de lembranças recalçadas, evidencia uma relação inacabada com o passado.¹⁵⁷

Explorando as temporalidades da psicanálise, André Green argumenta que nenhum tempo linear pode dar conta da teoria freudiana, pois o tempo psicanalítico é um tempo heterocrônico. Este é um tempo em que se imbricam histórias – e não apenas uma história – do indivíduo, da cultura, da espécie, cada uma com sua temporalidade. Percebemos, na psicanálise, tanto uma perspectiva diacrônica quanto estrutural.¹⁵⁸ Assim, o tempo do “eu psíquico” da psicanálise é, segundo Pontalis, um tempo transtemporal, pois as categorias temporais se justapõem, se misturam.¹⁵⁹

No mais, é a relação ativa entre presente e passado que permite a aproximação da história e da psicanálise, segundo François Dosse. A memória, hoje, ocupando um espaço primordial de preocupações e debates públicos, as aproxima mais. A descontinuidade radical que opõe um passado pacificado de uma memória que deve ser “reparada” aparecem como preocupação tanto de uma como da outra. No mais, esse novo espaço memorial resulta uma

¹⁵⁷ ROTH, Michael S. *Memory, trauma, and history*, op. cit, p.82.

¹⁵⁸ GREEN, André. *Le temps éclaté*, op. cit, p. 31-40. Essa concepção de temporalidade não é exclusividade da psicanálise. O antropólogo Marshall Sahlins, propondo uma teoria da história a partir de sua etnografia histórica, apontou que as ciências humanas, no Ocidente, tendem a opor sincronia e diacronia ao contrastarem, por exemplo, história e cultura, ou evento e estrutura. A estrutura, assim como a cultura, seriam categorias tidas como sincrônicas, impassíveis às mudanças no tempo. Já a história, tendo o passado como seu referencial temporal, seria uma disciplina com a perspectiva temporal diacrônica por compreender as mudanças que transcorrem no tempo. Para Sahlins, existe uma estrutura *na* história e *enquanto* história. Da mesma forma, a cultura é também histórica, visto que os seres humanos se valem dos signos pré-existentes da cultura a qual fazem parte de modo que esses signos são constantemente modificados na ação por serem a eles incorporados elementos empíricos. Portanto, na proposição de sua teoria da história, Sahlins pretendeu demonstrar que, no decorrer do tempo, as sociedades humanas interagem ao mesmo tempo com as dimensões diacrônica e sincrônica de suas ações, histórias e estruturas sociais, anulando uma oposição entre essas duas perspectivas temporais. SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*, op. cit., p. 172-194. Portanto, é possível compreendermos não só a psicanálise como uma disciplina de temporalidade heterocrônica, mas mesmo a relação entre a história e o tempo pode ser entendida sem a oposição entre diacronia e sincronia.

¹⁵⁹ PONTALIS, J.-B. *Ce temps qui ne passe pas*. Paris: Gallimard, 2001, p. 26.

percepção de imbricação entre passado e presente que também aproximam as duas disciplinas por uma correspondência de esquemas temporais. Como vimos, para Dosse, tanto a escrita da história quanto a psicanálise têm um valor performativo. Isto é, a operação historiográfica é um gesto sepultário que “enterra o morto”, ao mesmo tempo em que permite que uma sociedade, por ela, se situe. Essa performatividade, segundo Dosse, que pela linguagem dá lugar a um outro, que é o passado, permite uma relação entre a história e a psicanálise. Dosse, no entanto, observa que as duas disciplinas podem oferecer uma a outra um conhecimento valioso, mas respeitando suas especificidades.¹⁶⁰

Seria, então, coerente a aproximação de história e psicanálise por serem maneiras de sepultamento do passado?¹⁶¹ Como argumentei, devemos compreender a relação saudável que a psicanálise considera dever existir entre passado e presente com o olhar cultural, e não biológico, pois são diversas as temporalidades que fazem parte das variadas culturas e experiências humanas. Assim como a psicanálise freudiana considera a neurose apresentada por seus pacientes como um sintoma de uma relação malsã com o passado, Henry Rousso também apresenta sua consideração de como deveria ser uma relação saudável da sociedade francesa com seu passado. Assim como o paciente, que viveu um evento traumático, deve se conciliar com seu passado, tornando-o uma memória apaziguada, Rousso parece sugerir que os franceses deveriam se lembrar do regime de Vichy de modo distanciado, sem que esse passado continuasse causando danos na vida presente. Desse modo, o “dever de memória” deveria ser substituído pela análise do historiador, do mesmo modo como a obsessão, como sintoma de repetição e recalque, deve se transformar em passado através do trabalho de luto.

Portanto, a cura psicanalítica consiste numa relação temporal em que o paciente passa a identificar o seu trauma como um evento passado, deslocado do presente. Da mesma maneira, Rousso analisou que o luto inalcançado da sociedade francesa foi o que a levou a um período

¹⁶⁰ DOSSE, François. Histoire et psychanalyse. In : DELACROIX, C. DOSSE, F. GARCIA, P. OFFENSTADT, N. (dir.). *Historiographies : concepts et débats I*. Paris : Éditions Gallimard, 2010, p. 341-356.

¹⁶¹ Para Eelco Runia, similarmente a François Dosse, a história expressa nosso desejo de comemoração. Além da história, faz parte das comemorações os monumentos erigidos, preservação de palcos de acontecimentos históricos, a preservação de documentos, e outras medidas que se justificam pela preservação da memória. Essas comemorações dizem respeito a atos históricos sublimes dentre os quais inclui-se aqueles considerados traumáticos. Isto é, esses são atos que poderiam ter sido cometidos por quaisquer um de nós caso tivéssemos nascido em outro tempo e lugar. Ao comemorarmos, Runia diz que respondemos à pergunta proposta por Giambattista Vico: *who are we that this could have happen?*” Assim, ao comemorarmos, nos colocamos ao lado dos que comemoram, e não no polo dos que cometeram essas ações, afirmando quem somos nós pela negativa de quem são os outros. Por conseguinte, as comemorações têm também a função de enterrar nossos mortos. De acordo com Runia, esse seria um ato de sepultamento do passado encerrando-o no tempo presente, ao mesmo tempo em que as comemorações perpetuam os eventos pretéritos como acontecimentos findados. RUNIA, Eelco. Burying the dead, creating the past. *History and Theory* 46, Out. 2007, 313-325

de obsessão com sua memória e, por conseguinte, com seu passado. Como já foi ressaltado, ele o fez de modo metafórico, mas é a correlação das temporalidades de ambas disciplinas que torna inteligível e coerente a correspondência entre a psicanálise e sua história da memória do regime de Vichy. Por isso, argumento que o objeto primordial de Rousso não foi a memória, propriamente. A memória é a expressão do que está em primeiro plano de suas investigações: as temporalidades vivenciadas pela sociedade francesa após o regime de Vichy.

Conclusão

Uma pílula para curar a lembrança parece ideia de filme de ficção, mas é realidade. Cientistas canadenses, graças ao avanço da neurociência, descobriram um medicamento para curar as lembranças das vítimas de atentados que ocorreram nos últimos anos na França. A substância, o *Propanolol*, agiria no cérebro “neutralizando” a lembrança traumática. No dia 20 de setembro de 2017, a emissora TV5 exibiu o programa *Envoyé Spécial* relatando os avanços desses cientistas. Eles explicaram que o sujeito que sofre de transtorno de estresse pós-traumático fica preso ao passado na medida em que sua lembrança sobre a ação é afetivamente ligada às suas emoções de quando viveu o evento passado. A exemplo de uma paciente sobrevivente do atentado terrorista em Nice, sua lembrança era reativada com a mesma emoção de quando viveu o dia 14 de julho de 2016 sempre que via um caminhão. Naquele momento, seu corpo sentia o mesmo que no passado, como se o episódio estivesse constantemente se repetindo. Segundo o programa, a memória não é estática, e nem está inscrita em algum lugar do cérebro. Ela, como um programa de computador, é sempre “salva” e reativada quando aberta. O *Propanolol* atua na lembrança desse momento traumático, “apagando” seu componente emocional.¹⁶² Poderíamos dizer que foi descoberta uma maneira química promover o trabalho de luto através do trabalho de reminiscência? A indústria farmacêutica tivesse, enfim, demonstrado aos olhos as teses psicanalíticas de Freud, tão apontadas como falsas por falta de empiria?

Se a pílula atua como um luto (fazendo com que a lembrança se desapegue afetivamente dos fatos que ela traz ao presente), então podemos considerar que o passado se torna presente através dessa lembrança que é sempre evocada a partir de sinais, no presente – por exemplo, com a aparição de um caminhão, como no caso da sobrevivente do atentado de Nice. A pílula faz com que o sujeito possa narrar o que aconteceu sem sentir as mesmas dores que sentia quando apresentava sintomas de estresse pós-traumático. Ora, narrar sem sentir um afeto pelo evento pretérito relatado, ou seja, sem sentir as mesmas dores que outrora o narrador sentiu, não é exatamente a narração distanciada que busca o historiador, por mais violento e absurdo que seja o momento narrado? Colocar o passado à distância é o que clamam historiadores como Henry Rousso, que opõem o dever de memória – enquanto repetição, e não perlaboração, que impede o trabalho de luto – à história do tempo presente. Esta, sim, colocando o passado à distância, permitiria aos seus contemporâneos o trabalho de luto – como faz o *Propanolol*, que

¹⁶² Victimes d’attentat, un comprimé pour oublier ? *Programme Envoyé Spécial*, TV5, 20 set. 2017.

irá anular o laço afetivo da lembrança emocional desse passado para que deixe de retornar ao presente. Não é o mesmo que recalque, ou esquecimento, porque a história torna disponível a narrativa, mas sua lembrança não causará mais dores.

Não se trata, aqui de entrar na discussão sobre a aplicabilidade da psicanálise a um âmbito coletivo, mas, sim, de demonstrar a correlação existente entre a cura psicanalítica e a história do tempo presente, marcada por um passado que persiste em causar excitações na vida presente. Entendo o apelo do uso metafórico feito por Rouso como uma forma de se redimir de algumas críticas feitas por historiadores quando ao uso da psicanálise freudiana¹⁶³ e também para acentuar que dizer que um passado foi recalcado não significa explicar pelo viés psíquico um evento que comporta uma complexidade maior que razões apenas psicológicas. E me pergunto também até que ponto o que Henry Rouso faz com a psicanálise não é o que todos os historiadores fazem quando dialogam com outras disciplinas. Ou seja, a utilização de conceitos que nasceram fora do berço da história são adotados e muitas vezes ressignificados para dar luz, cor e imagem a uma explicação. O uso metafórico de conceitos da psicanálise demonstra o caráter dinâmico dos seus significados, colocados em risco na ação, como postulou Sahlins. Desse modo, os conceitos da psicanálise, eles próprios tornados correntes no vocabulário vulgar que se refere às consequências da Segunda Guerra Mundial, foram ressignificados para dar inteligibilidade a uma experiência coletiva.

Primordialmente, a operacionalidade dos conceitos psicanalíticos reside na temporalidade da psicanálise e da temporalidade vivenciada pela sociedade francesa após o regime de Vichy. A não conformação a uma temporalidade linear, isto é, em que passado, presente e futuro se sucedem com barreiras que seriam claras, torna o tempo psicanalítico do trauma correspondente às experiências dessa sociedade. Esse passado, sempre tão presente, levou a França a presenciar, inclusive, julgamentos após cinquenta anos do fim do regime, como o caso do processo contra Touvier. A analogia entre a recorrência desse passado e patologias de memória é inegável, ainda mais quando o historiador, como o caso de Rouso, considera o “dever de memória” como um sintoma de uma fratura identitária da sociedade. Essa analogia

¹⁶³ No *avant-propos* de *Le syndrome de Vichy*, Rouso alerta às críticas e pontua sua intenção de utilizar a psicanálise como metáfora: « Beaucoup ont été ceux, notamment chez les historiens, qui ont critiqué l’usage de concepts ‘freudiens’ hors de leur champ d’application d’origine. Au départ, ce recours n’avait qu’une valeur heuristique. Il m’a permis de mieux saisir le sens de l’évolution décrite et d’explicitier des notions très souvent utilisées par les historiens sans justification autre que le sens commun des mots : refoulement, deuil, oubli, etc. (...) Je l’ai fait sur le mode de la métaphore qui ne fait qu’esquisser, peut-être de façon insatisfaisante, un modèle d’évolution ». ROUSSO, Henry. *Le syndrome de Vichy*, op. cit, p. 23.

que opera com as experiências temporais coletivas é frutuosa se forem salvas as especificidades da disciplina e resguardando-a de usos desmedidos.

A partir dessa constatação, me indago ainda se a crítica ao topos do dever de memória, presente nas obras de Henry Rousso, e a correlação que, como vimos, pode ser estabelecida entre o trabalho do historiador e a cura psicanalítica revelam um período intermediário de mudança da experiência temporal da sociedade ocidental. Se, para Rousso, concordando com outros historiadores franceses, ocorre uma mudança do regime de historicidade, a sua crítica à obsessão com o passado de Vichy não seria, então, uma reação a um tempo que é incapaz de definir as barreiras entre presente e passado? É possível afirmarmos que existe uma certa ansiedade para que esse passado passe? Dito de outro modo, a experiência temporal da sociedade francesa estaria passando por mudanças quanto à relação que o presente estabelece com o passado, e a alegação da necessidade de colocar o passado à distância não estaria ainda referenciada à temporalidade em que passado, presente e futuro se sucedem linearmente? Ainda que o tempo da psicanálise não possa ser compreendido numa perspectiva linear, a cura psicanalítica não seria ela mesma o reflexo de um regime de historicidade “moderno”?

Esses questionamentos poderão ser esclarecidos numa pesquisa futura que não cabe mais no âmbito do presente trabalho. De todo modo, argumento que é correto afirmar que a relação entre as temporalidades da história e da psicanálise, que tornam operantes o uso metafórico de conceitos freudianos por Henry Rousso, são correspondentes em relação às experiências da sociedade ocidental – sobretudo, a francesa, como analisado – após a guerra. Essa correspondência é o que permite a ressignificação dos conceitos para uma escala coletiva, pois tornam inteligíveis as experiências do pós-guerra. Considerando que uma relação “normal” e “saudável” com o passado não é um dado cronológico, mas um pressuposto cultural, a correlação dos conceitos da psicanálise com a análise de Henry Rousso nos permite identificar também a temporalidade da sociedade francesa e as expectativas dos historiadores acerca de sua relação com seu passado. Talvez, o passado não mais passe como outrora.

Referências bibliográficas

ASSIS, Arthur. *A teoria da história de Jörn Rüsen: uma introdução*. Goiânia: Editora UFG, 2010.

AZÉMA, Jean-Pierre; BÉDARIDA, François. Vichy et ces historiens. *Esprit*, n. 181 (5), mai. 1992

BERTRAND, Michèle. Psychologie et psychanalyse devant les traumatismes de guerre. *Champ psychosomatique*, 2002/4, n. 28,

BEVERNAGE, Berber. The past is evil/Evil is past: on retrospective politics, philosophy of history, and temporal manichaeism. *History and Theory*, v. 54, n. 3, p. 333–352, out. 2015.

DAHL, Gerhard. Os dois vetores temporais de *Nachträglichkeit* no desenvolvimento da organização do ego: a importância do conceito para a simbolização dos traumas e ansiedades sem nome. São Paulo, *Jornal de psicanálise*, v. 44, n. 80, p. 95–111, 2011.

DE CERTEAU, Michel. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011

DELACROIX, Christian. Demande sociale et histoire du temps présent, une normalisation épistémologique ?, *Espaces Temps*, v. 84, n. 1, 2004

DOSSE, François. Histoire et psychanalyse. In : DELACROIX, C. DOSSE, F. GARCIA, P. OFFENSTADT, N. (dir.). *Historiographies : concepts et débats I*. Paris : Éditions Gallimard, 2010, pp. 341-356.

FREUD, Sigmund. *Cinco lições de psicanálise*. Rio de Janeiro: Imago, 1996.

_____. *Cinq leçons de psychanalyse*. Traduction de l'Allemand par Yves Le Lay, 1921. Réimpression : Paris : Éditions Payot, 1965

GARCIA, Patrick, Essor et enjeux de l'histoire du temps présent au CNRS. *La Revue pour l'histoire du CNRS*, n. 9, 2003

GAY, Peter. *Freud para historiadores*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

GREEN, André. *Le temps éclaté*. Collection “Critique”. Paris: Editions de Minuit, 2000.

GUERRIER, Sophie. Le discours de Jacques Chirac au Vel d'hiv en 1995. *Le Figaro*, 31 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.lefigaro.fr/politique/le-scan/2014/03/27/25001-20140327ARTFIG00092-le-discours-de-jacques-chirac-au-vel-d-hiv-en-1995.php>>. Acesso em: 7 out. 2017.

FIORINI, L. G.; CANESTRI, J. (eds.). *The experience of time: psychoanalytic perspectives*. London: Karnac Books, 2009.

HARTOG, François. *Evidência da história: o que os historiadores veem*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

_____. *Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo*. Belo Horizonte: Autentica, 2013.

JURDANT, Baudouin. La psychanalyse est-elle une épistémologie populaire ? Vulgarisation scientifique et psychanalyse, *Apertura*, 13 (1996) 65-73, p. 11

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006

LACAPRA, Dominick. *History and memory after Auschwitz*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1998, 214p.

LAGROU, Pieter. De l'actualité du temps présent. *Bulletin de l'IHTP*, n. 75, p. 10, 2000.

LAPLANCHE, J.;PONTALIS, J.-B. *Vocabulário da psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2004

LEDOUX, Sébastien. Les lieux d'origine du devoir de mémoire. *Conserveries mémorielles* [En ligne], n. 15 | 2014, mis en ligne le 10 mai 2014. Acesso em: 08 dez. 2017. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cm/1815>>.

LERNER, Paul; MICALE, Mark S. (orgs.). *Traumatic pasts: history, psychiatry, and trauma in the modern age, 1870-1930*. Cambridge: Cambridge University Press

LOCKE, John. *Ensaio sobre o entendimento humano*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1999.

LORENZ, Chris. Blurred Lines: History, Memory and the Experience of Time. *International Journal for History, Culture and Modernity*, Amsterdam n.01, vol.02, 2014, pp.07-28.

MICHEL, Johann. Peut-on parler d'une politique de l'oubli ? Publié sur le site de *l'Atelier international des usages publics du passé*, 10 mars 2011.

NOIRIEL, Gérard. De l'histoire-mémoire aux "lois mémorielles": Note sur les usages publics de l'histoire en France. *Études arméniennes contemporaines*, n. 15, p. 35-49, 1 jan. 2012

NORA, Pierre; CHANDERNAGOR, Françoise. *Liberté pour l'histoire*. Paris : CNRS Éditions, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. São Paulo: *Proj. História*, v. 10, dez. 1993,

_____. Le Syndrome, son passé, son avenir. *French Historical Studies*, vol. 19, n. 2 (Autumn, 1995),

PAXTON, Robert. *Vichy France: old guard and new order 1940-1944*. New York: Columbia University Press, 2001, 415p.

PECHANSKI, D. ; POLLAK, M. ; ROUSSO, H. *Histoire politique et sciences sociales : questions au XXe siècle*. Paris : Éditions Complexe, 1991

RÉMOND, René. L'Histoire et la Loi. *Études*, 2006/6 (Tome 404), p. 763-773.

ROTH, Michael. S. *Memory, trauma, and history: essays on living with the past*. New York: Columbia University Press, 2012.

_____. Psychoanalysis and history. *Psychoanalytic Psychology*, v. 33, n. Suppl 1, p. S19-S33, 2016.

RICŒUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Campinas: Editora UNICAMP, 2007.

ROUSSO, H.; CONAN, É. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris: Pluriel, 2013.

ROUSSO, Henry. Analyse de l'histoire. Analyse de l'historien. In: *Espaces Temps*, 80-81, 2002. Michel de Certeau, histoire/psychanalyse. Mises à l'épreuve

_____. Après la déclaration de Marine Le Pen sur le Vel'd'Hiv', quelle responsabilité de la France et des Français sous l'Occupation : peut-on imputer cette politique à « la France » Celle-ci était-elle à Vichy ou à Londres ? *Huffington Post France*, Paris, 11 abr. 2017. Disponível em: "http://www.huffingtonpost.fr/henry-rousso/le-pen-vel-dhiv-vichy_a_22034882/ ». Acesso em: 04 jun. 2017.

_____. *Face au passé: essais sur la mémoire contemporaine*. Paris : Éditions Belin, 2016.

_____. *La dernière catastrophe: l'histoire, le présent, le contemporain*. Paris : Gallimard, 2012, 352p.

_____. *La hantise du passé*. Conversations pour demain, no 10. Paris: Textuel, 1998.

_____: Henry Rouso: « Le surinvestissement dans la mémoire est une forme d'impuissance » : interview. [8 abril 2016]. Paris : *Libération*. Entrevista concedida a Sonya Faure e Dessin Sylvie.

_____. *Le syndrome de Vichy: de 1944 à nos jours*. Paris: Éditions du Seuil, 1990.

_____. Rumo a uma globalização da memória. *História Revista*, Goiânia, v. 19, n. 1, jan./abr. 2014.

_____. *Vichy: l'événement, la mémoire, l'histoire*. Paris: Gallimard, 1992.

RUNIA, Eelco. Burying the dead, creating the past. *History and Theory*, 46, Out. 2007, 313-325

RÜSEN, Jörn. *Razão histórica: Teoria da história: os fundamentos da ciência histórica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

SAHLINS, Marshall. *Ilhas de história*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997.

SCOTT, Joan W. The incommensurability of psychoanalysis and history. *History and Theory*, v. 51, p. 63–83, fev. 2012.

SCULLION, Rosemarie. Unforgettable: History, memory and the Vichy syndrome. Iowa: *Studies in 20th Century Literature*, vol. 23, Issue 1, 1999

VALLAEYS, Béatrice. Maurice Papon devant ses juges. Deux historiens refusent de témoigner. Maurice Rajsfus et Henry Rouso sont cités par la défense. *Libération*, 15 oct. 1997. Disponível em: "http://www.liberation.fr/societe/1997/10/15/maurice-papon-devant-ses-juges-deux-historiens-refusent-de-temoigner-maurice-rajsfus-et-henry-rousso_219577"> Acesso em: 24 nov. 2017.

Outros

Victimes d'attentat, un comprimé pour oublier ? *Programme Envoyé Spécial*, TV5, 20 set. 2017. Disponível em: < <https://tv5.ca/envoye-special?e=4f54cfik3f0py> >. Acesso em: 3 nov. 2017.